

Marcio Sá

PARTILHAS PRA QUEM CHEGA

Provocações reflexivas pra ingressantes na pós



PARTILHAS PRA QUEM CHEGA



Literaturas **Estudos sociais** *e Ensaios Periféricos*

Editor da série

Marcio Sá

Comitê Editorial

Marcio Sá

Universidade Federal da Paraíba (UFPB)

Ana Carolina Lemos

(agreste-pb)

Érica Peçanha do Nascimento

Inspere Instituto de Ensino e Pesquisa (Inspere)

PARTILHAS PRA QUEM CHEGA

PROVOCAÇÕES REFLEXIVAS PRA INGRESSANTES NA PÓS

Marcio Sá



Diagramação: Marcelo Alves

Capa: Gabrielle do Carmo

Preparação: Ana Carolina Lemos

Leitura crítica: Daniel Ramos Filho

Revisão: Thamires Pinto Pimentel



A Editora Fi segue orientação da política de distribuição e compartilhamento da Creative Commons Atribuição-Compartilha Igual 4.0 Internacional https://creativecommons.org/licenses/by/4.0/deed.pt_BR



O padrão ortográfico e o sistema de citações e referências bibliográficas são prerrogativas de cada autor. Da mesma forma, o conteúdo de cada capítulo é de inteira e exclusiva responsabilidade de seu respectivo autor.

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)

S111p

Sá, Marcio

Partilhas pra quem chega: provocações reflexivas pra ingressantes na pós [recurso eletrônico] / Marcio Sá. – Cachoeirinha : Fi, 2026.

136p.

ISBN 978-65-5272-290-4

DOI 10.22350/9786552722904

Disponível em: <http://www.editorafi.org>

1. Educação – Pós-graduação – Alunos. I. Título.

CDU 378.2-057.875

*Pra quem chega com espírito aberto e esperanças genuínas
ao solo da pós-graduação, especialmente em Humanidades, no Brasil*

Escritores observam, se apropriam, especulam, retrabalham, reconstroem uma realidade, deixando à mostra coisas que nem sequer poderíamos imaginar que existissem, tão escondidas estavam — ou tão expostas, uma vez que situações cotidianas, apesar de absurdas, podem ser naturalizadas e invisibilizadas. A literatura pode dar vida nova às coisas, pode, fazendo-as estranhas, revelá-las para nós. Mas a literatura não é só retrato. Ela volta para a sociedade que a constituiu, como se entrasse de novo na paisagem retratada, transformando outra vez a imagem. [...] Escrever, afinal, é se situar em meio a uma encruzilhada, de onde é preciso fazer escolhas, definir temas, parâmetros, recortes, dispor tempo e espaço, acomodar perspectiva e linguagem. Mas, antes ainda, o escritor precisa entender a quem se dirige sua obra.

Regina Dalcastagnè em *Uma história da literatura brasileira contemporânea: a narrativa*

apresentação	11
---------------------	-----------

parte 1 - primeiras partilhas

1. sentidos possíveis (apresentação ampliada)	17
2. sobre rios e embarcações	25
3. atitude reflexiva e autoformação	33

parte 2 - experiências (agrestinas) de pesquisa

4. uma lacuna local e suas resoluções (<i>Feirantes</i>)	43
5. uma ideia de abril (<i>Filhos das feiras</i>)	51
6. um desafio íntimo e coletivo (<i>Além do barro</i>)	59

parte 3 - temas de base

7. um objeto pra chamar de seu	69
8. escrita por inteiro	79
9. um ponto de vista de quem avalia	87
10. sobre gêmeas siamesas	97
11. e essa tal felicidade... (fechamento)	107
referências e bibliografia mencionada	117

apêndice único

um livro alargado (sobre <i>Uma história...</i> de Regina Dalcastagnè)	125
sobre o autor	135

apresentação

Entre 2020 e 2025, tive a oportunidade de ofertar seis cursos na pós-graduação¹, principalmente para estudantes do primeiro ano. Nos últimos dois anos, ofertei uma mesma disciplina, intitulada Seminário Avançado em Sociologia I, no Programa de Pós-Graduação em Sociologia (PPGS) da Universidade Federal da Paraíba (UFPB).

Para nortear os rumos daquela unidade curricular de conteúdo livre, porém obrigatória aos doutorandos, inscrevi em seu programa o objetivo de introduzir ingressantes em leituras, temas e experiências que poderiam ter relevância nesse tipo de trajetória formativa.

O curso foi estruturado em conjuntos temáticos que reverberaram nas partes de *Partilhas pra quem chega: provocações reflexivas pra ingressantes na pós*², produto final de um projeto de extensão homônimo que se deu entre fevereiro e agosto de 2026³. Ao longo dele, conversamos sobre o contexto institucional no qual se dá a prática de pesquisa e o seu caráter formativo, os desafios enfrentados e as soluções encontradas em determinadas trajetórias; compartilhamos reflexões sobre diversos aspectos do ofício, analisamos a estruturação, a organização e a redação de trabalhos acadêmicos bem como os modos de produção de conhecimento sobre o mundo social e algumas nuances do processo de

¹ Ao longo de todo o livro este termo, ou simplesmente “pós”, se refere a cursos de mestrado e doutorado acadêmicos (*stricto sensu*) sobretudo nas Humanidades, mas sem que isso exclua outras áreas, e não a especializações ou demais tipos de pós-graduação (*lato sensu*).

² Uma apresentação ampliada pode ser vista no capítulo um.

³ Com a participação de Ana Carolina Lemos e Daniel Ramos Cordeiro dos Santos Filho, aqui registro a ambos minha gratidão pela dedicação ao projeto devidamente registrado no Departamento de Ciências Sociais (DCS) e na Pró-Reitoria de Extensão (Proex). Preciso também expressar minha gratidão aos discentes que, tais como Dayane Macedo, José Adailton Melo, Heloísa Luna, Marcel Luz e Maysa de Souza, respeitam e inspiram docentes.

construção de objetos de pesquisa, chegando até a entendimentos e avaliações conjuntas de trabalhos de conclusão (teses e dissertações).

O meu maior esforço nas aulas era provocar a autorreflexão sobre os aprendizados singulares, as trajetórias e condições formativas da turma, sobre como lidar com os desafios com os quais já conviviam (e com outros que, em breve, teriam pela frente) com o máximo de reflexividade, sabedoria e leveza em contraponto ao peso das pressões no contexto da pós-graduação.

Ao mesmo tempo em que, sem didatismos ou receitas prontas, partilhava meus erros, acertos e reflexões, enfim, minhas experiências e como procurei me resolver nos desafios que enfrentei ao longo delas, me esforçava em fazê-los se assenhorem das experiências que (re)começavam a (re)viver. Sempre tive muito cuidado para não tratar o que vivi como algo a ser por eles tomado como exemplar ou copiado, mas, sim, como partilhas a serem ressignificadas de acordo com os sentidos que ansiavam dar para suas formações. Sigo acreditando que partilhas e escutas atentas das experiências alheias podem nos servir de pistas e nos ajudar nas escolhas dos melhores caminhos e na redução dos desvios. Ao menos, foi assim que aprendi e sigo aprendendo com tais práticas em sala de aula e para além delas.

A partir da repercussão positiva de algumas notas que preparei e partilhei como abertura dos encontros, da edição de 2025, da disciplina de Seminário Avançado em Sociologia I, iniciei a redação dos textos que compõem este volume com o propósito de proferi-los nas aberturas das aulas de uma futura edição. Ao mesmo tempo, adveio a ideia de ampliar o endereçamento para ingressantes no solo da pós-graduação em Humanidades. Isso repercutiu no modo de dizer evidenciado em tudo o que segue e também poderá repercutir nos sentidos possíveis que a sua

leitura encontrará ou não a partir, por meio ou mesmo propriamente em cada capítulo.

Por fim, é válido registrar que seus capítulos também compõem um podcast homônimo, afinal, a iniciativa surgiu em sincronia com a criação do canal @agreste-pb no YouTube e a replicação de seu conteúdo no Spotify. Como grupo, com a produção de *Partilhas* também no formato de um podcast, pretendemos tanto tensionar as fronteiras da comunicação acadêmica e repensar os possíveis enfados deste “dialeto” quanto promover a diversidade e o experimentalismo no modo de produção textual no âmbito do agreste-pb.

O apêndice único, “um livro alargado”, foi acrescentado ao final do projeto, em decorrência da oportunidade de mediar as interações da professora Regina Dalcastagnè com a comunidade acadêmica da UFPB em junho de 2026.

parte 1 - primeiras partilhas

1. sentidos possíveis (apresentação ampliada)

É inegável a importância da oferta de noções teóricas e metodológicas de base comum para quem chega na pós em Humanidades. Os mais diversos programas de pós-graduação na área costumam ofertar aos/às ingressantes ao menos duas disciplinas obrigatórias logo nos primeiros semestres: uma sobre as teorias mais legitimadas na subárea e outra sobre os métodos mais consagrados e/ou utilizados com recorrência. Assim, por um lado, se transmite a linguagem teórica, seus jargões particulares e modos reconhecidos como apropriados de dizê-los e, por outro, os caminhos seguidos com maior frequência e as técnicas mais utilizadas.

Talvez por ter tido uma trajetória formativa heterodoxa, a inquietação com a qual convivi nos últimos anos foi a seguinte: muito do que acredito ter aprendido com as experiências de pesquisa que vivi não se encontra nos manuais de teoria nem de metodologia, logo, seria justamente um saber-fazer que emergiu da e para a prática, o que mais gostaria de ofertar no sentido de contribuir com a formação de ingressantes.

Por isso, não seriam conteúdos teóricos ou metodológicos específicos, mas, sim, um modo de atuar em pesquisa e um jeito de trabalhar almejando produzir conhecimento, algo de cunho epistemológico, mas que inevitavelmente demanda por questões práticas, decisões em relação aos recortes da pesquisa, por exemplo, ou mesmo por apropriações seletivas e ressignificações localizadas de determinadas tradições ou abordagens teóricas. O foco seria, enfim, em como teoria e metodologia podem servir para cada situação de pesquisa

e como as soluções encontradas e vividas podem nos constituir, enriquecer nosso repertório e nos provocar a pensar-agir melhor nas próximas experiências.

As edições das disciplinas mencionadas na apresentação, em especial a última delas, foram então estruturadas e conduzidas a partir de uma questão simples: o que de mais importante em minhas experiências formativas poderia ter relevância para os/as ingressantes? Depois, me perguntei se elas não poderiam também servir como provocação reflexiva para quem chega em programas de pós-graduação de outras subdivisões das Humanidades, tais como letras, história, antropologia ou psicologia.

Foi então que me encontrei com um texto de Jorge Larrosa, “Notas sobre a experiência e o saber de experiência”⁴. O foco no que o título declara me animou ainda mais a pensar que as experiências de estudo e pesquisa e o que se acredita saber a partir e sobre elas podem desvelar sentidos que ultrapassam as fronteiras disciplinares, cada vez mais esmaecidas pelas complexidades dos fenômenos contemporâneos.

O ponto de partida da conferência que deu origem ao texto foi o anseio de “*pensar a educação a partir do par experiência/sentido*”. E assim ele seguiu: “*A experiência é o que nos passa, o que nos acontece, o que nos toca. Não o que se passa, não o que acontece, ou o que toca. A cada dia se passam muitas coisas, porém, ao mesmo tempo, quase nada nos acontece. [...] Nunca se passaram tantas coisas, mas a experiência é cada vez mais rara*”.

Em sua leitura, as possibilidades de experiências significativas estariam sendo atacadas, por um lado, pelos excessos de informação, de trabalho e pela obsessão por opinião, por outro, pela falta de tempo,

⁴ Bondía (2002, p. 20-7). As citações diretas seguintes, em itálico, são referentes a esta publicação.

sobretudo “a velocidade e o que ela provoca, a falta de silêncio e de memória, são também inimigas mortais da experiência”. A partir de sua perspectiva compreensiva situada na virada do século, o autor já afirmava: “Nessa lógica de destruição generalizada da experiência, estou cada vez mais convencido de que os aparatos educacionais também funcionam cada vez mais no sentido de tornar impossível que alguma coisa nos aconteça”.

A experiência, diz ele, a possibilidade de que algo nos aconteça ou nos toque, requer um gesto de interrupção, um gesto que é quase impossível nos tempos que correm: requer parar para pensar, parar para olhar, parar para escutar, pensar mais devagar, olhar mais devagar, e escutar mais devagar; parar para sentir, sentir mais devagar, demorar-se nos detalhes, suspender a opinião, suspender o juízo, suspender a vontade, suspender o automatismo da ação, cultivar a atenção e a delicadeza, abrir os olhos e os ouvidos, falar sobre o que nos acontece, aprender a lentidão, escutar aos outros, cultivar a arte do encontro, calar muito, ter paciência e dar-se tempo e espaço.

Citando Martin Heidegger, o autor também nos lembrou que:

‘Podemos ser assim transformados por tais experiências, de um dia para o outro ou no transcurso do tempo’, pode ler-se outro componente fundamental da experiência: sua capacidade de formação ou de transformação. É experiência aquilo que ‘nos passa’, o que nos toca, o que nos acontece, e ao nos passar nos forma e nos transforma. Somente o sujeito da experiência está, portanto, aberto à sua própria transformação.

Por fim, versou sobre o saber da experiência:

A experiência funda também uma ordem epistemológica e uma ordem ética. [...] O que ocorre é que se trata de um saber distinto do saber científico e do saber da informação, e de uma práxis distinta daquela da técnica e do trabalho.

O saber da experiência se dá na relação entre o conhecimento e a vida humana. De fato, a experiência é uma espécie de mediação entre ambos. [...] Este é o saber da experiência: o que se adquire no modo como alguém vai respondendo ao que lhe vai acontecendo ao longo da vida e no modo como vamos dando sentido ao acontecer do que nos acontece. No saber da experiência não se trata da verdade do que são as coisas, mas do sentido ou do sem-sentido do que nos acontece. E esse saber da experiência tem algumas características essenciais que o opõem, ponto por ponto, ao que entendemos como o conhecimento.

Se a experiência é o que nos acontece e se o saber da experiência tem a ver com a elaboração do sentido ou do sem-sentido do que nos acontece, trata-se de um saber finito, ligado à existência de um indivíduo ou de uma comunidade humana particular; ou, de um modo ainda mais explícito, trata-se de um saber que revela o homem concreto e singular, entendido individual ou coletivamente, o sentido ou o sem-sentido de sua própria existência, de sua própria finitude. Por isso, o saber da experiência é um saber particular, subjetivo, relativo, contingente, pessoal. [...] O saber da experiência é um saber que não pode separar-se do indivíduo concreto em quem encarna. Não está, como o conhecimento científico, fora de nós, mas somente tem sentido no modo como configura uma personalidade, um caráter, uma sensibilidade ou, em definitivo, uma forma humana singular de estar no mundo, que é por sua vez uma ética (um modo de conduzir-se) e uma estética (um estilo).

A partir desses recortes podemos nos observar implicados em conservações ou transformações em nossas visões de mundo, modos de vida, de atuação em pesquisa bem como em nossas condutas e estilos, em decorrência de nossas experiências e do tipo de saber a elas associado ou não. Tudo isso me levou a refletir ainda mais sobre o assunto, seus sentidos possíveis e implicações provocativas, afinal,

também acredito que “a experiência e o saber que dela deriva são o que nos permite apropriar-nos de nossa própria vida”.

Além disso, os capítulos seguintes também foram escritos em um momento no qual me dedicava a algumas leituras sobre o ensaio enquanto gênero literário. Foi entre elas que me identifiquei com uma passagem de “É possível definir o ensaio?”, de Jean Starobinski, publicado na antologia *Doze ensaios sobre o ensaio*. Ao final daquele texto, originalmente lido na ocasião em que recebeu o Prêmio Europeu do Ensaio, em 1983, disse ele:

A partir de uma liberdade que escolhe seus objetos e inventa sua linguagem e seus métodos, o ensaio, no limite ideal no qual não faço senão ensaiar concebê-lo, deveria saber aliar ciência e poesia. Deveria ser, ao mesmo tempo, compreensão da linguagem do outro e invenção de uma linguagem própria; escuta de um sentido comunicado e criação de relações inesperadas no âmago do presente. O ensaio, que lê o mundo e se dá a ler, exige a instauração simultânea de uma hermenêutica e de uma audácia aventureira. Quanto melhor ele percebe a força atuante da fala, melhor ele atua por sua vez... Daí resulta uma série de exigências quase impossíveis de satisfazer plenamente. Para terminar, contudo, tentemos formulá-las, nem que seja à guisa de um imperativo que nos oriente: o ensaio nunca deve perder de vista a resposta precisa que as obras ou os acontecimentos interrogados enviam a nossas perguntas. Nunca deve romper seu compromisso com a clareza e a beleza da linguagem. Finalmente, chegada a hora, o ensaio deve soltar as amarras e, por sua vez, ser ele mesmo uma obra, a partir de sua própria e trêmula autoridade⁵.

Todo o percurso até aqui apresentado revela que a estrutura e a dinâmica dos cursos estiveram centradas em um modo de se relacionar

⁵ Starobinski (2018, p. 25-6).

com experiências, seus relatos e textos, que denomino de “exemplos não exemplares”, ou seja, que não são partilhados para serem tomados como algo a ser reproduzido, seguido ou “consagrado”. São exemplos circunscritos nas possibilidades e nos limites do vivido e inscrito em um dito ou escrito que podem servir de inspiração ou referência para outras experiências e escrituras, mas não possuem caráter normativo, prescritivo ou dogmático, como os dois capítulos seguintes que complementam as partilhas desta primeira parte.

A trajetória de pesquisa social periférica por mim percorrida e revisitada na segunda parte é um desses exemplos não exemplares do qual, usando as palavras do sociólogo Howard Becker, posso assim falar: *“minha prosa não é exemplar, mas, como sei o que entrou em sua confecção, posso explicar por que escrevi de tal ou tal maneira, quais eram os problemas e como escolhi as soluções. Não posso fazer isso com o trabalho de mais ninguém”*⁶. São aprendizados individuais que podem ou não inspirar outros.

Os temas de base da terceira parte também foram pensados nessa mesma lógica: partilhar algumas fontes sobre como se organizar, que, mesmo caso venham a soar com algum tom prescritivo, não devem ser tomadas como normas para as práticas de outrem em (re)elaboração, afinal, ingressantes são protagonistas nas suas formações; elas e eles podem (e devem) fazer avançar ao máximo a capacidade de discernir sobre o que se encaixa ou não com suas rotinas e modos de funcionamento; ofertar pistas para um tipo de prática reflexiva centrada na construção de um objeto de pesquisa (sociológico ou na sua área), o que é uma fragilidade da maioria dos projetos de ingressantes que avaliei; enfim, oferecer inspirações para o refinamento de nosso

⁶ Becker (2015, p. 18).

olhares investigativos e de nossas práticas de escrita em Humanidades, acreditando que também podemos ser nutridos por outras literaturas não acadêmicas e pelas experiências de quem as escreve.

Gosto de pensar que as leituras ofertadas previamente às aulas servem como insumos para quem se entende em processo formativo. Ouvir o contexto, a questão e um curto dito dos objetos de pesquisa dos estudantes da última turma, nos estágios em que se encontravam, foram outras oportunidades de exercício de inscrição, escuta e pensamento sociológico sobre as problematizações alheias, algo muito salutar e que ainda pode ser praticado com mais atenção e inteireza entre nós. No último capítulo, o foco está em explicitar “um ponto de vista de quem avalia” e assim provocar a atitude reflexiva também na avaliação de trabalhos acadêmicos de conclusão de curso.

Após as três partes, inseri um ensaio de fechamento em torno de uma expressão que proferi em sala de aula e que inquietou alguns estudantes: a “felicidade sociológica”.

Foi do espírito de entendimentos como esses que também me nutri. Mesmo quando pensados para serem proferidos em sala de aula, os textos que seguem não são didáticos, ao menos em termos convencionais. Eles são fruto de experiências e de saberes singulares e biográficos que podemos incorporar, ou ao menos acreditar que incorporamos, ao longo delas. Foi por imaginar, pretensiosamente, que eles podem provocar reflexões em ingressantes na pós que este livro foi redigido.

2. sobre rios e embarcações

Embarcar na pós em Humanidades e enfrentar suas correntezas pode levar a pensar sobre: o que nos move a escolher determinados rios? Como entendemos seus fluxos e percursos? De que modo preparamos e levamos adiante nossas embarcações?

Cada rio segue sua história, nasce, corre e deságua. Mas eventos extremos, interferência humana ou mesmo processos naturais podem provocar mudanças. Navegar requer tripulação que conheça leitos, atalhos e bancos de areia. A chegada dos passageiros ao destino almejado depende das competências dos tripulantes, das condições de navegabilidade, do preparo e da estrutura das embarcações.

Para fazer devidamente a acostagem, ou seja, colocar a embarcação em um rio de forma legal e segura, é preciso atender a normas e dispor de itens de segurança (coletes salva-vidas e extintores de incêndio, por exemplo). Também é preciso observar os procedimentos práticos, as regras de trânsito e prestar a devida atenção aos locais de descida.

Muitas práticas associadas a um “ideal de ciência” seguiram sendo, ao longo das últimas décadas, progressivamente explicitadas como eurocêntricas ou estadunidenses, sexistas, racistas, classistas, homofóbicas, enfim, reprodutoras das estruturas sociais das quais somos caudatários e na qual vivemos. A universidade não foi criada para a maior parte de nós periféricos, ou seja, é produto do imperialismo, de reproduções acríticas de modelos estrangeiros que reforçam legados coloniais e nossas desigualdades.

Ainda assim, ela hoje permite e possibilita a navegação de embarcações com potencial para ir além de tais heranças e presentes

indesejados, e, assim, é capaz de dar vazão à sua (auto)crítica. Ou seja, por mais que tradição e conservadorismo persistam estruturando a dinâmica política nas mais diversas áreas de conhecimento, também há espaço para novas embarcações. Por mais que paradigmas hegemônicos ainda prevaleçam, diversas possibilidades para a construção de conhecimentos socioculturalmente localizados também seguem em curso.

Outras linguagens escoam de subalternidades históricas, podem ser criadas e utilizadas por quem age e pensa em suas margens, tensionam nossos olhares e provocam modos de conhecer diferentes da norma-padrão imposta e por muitos incorporada acriticamente. Mas o que hoje chamamos de Humanidades na América Latina, no Brasil e no Nordeste permite, desafia e cobra que sigamos para além das reproduções de embarcações alheias.

Nos últimos anos, sigo procurando não me atracar em dois extremos que entendo inócuos. Sigo chamando-os de “totalitarismo do universal” e “fundamentalismo do local”⁷: de um lado, a busca por teses e interpretações de alcance global produzidas com pretensões de universalização; do outro, elaborações que singularizam, para além do razoável, determinados contextos como se fossem tão únicos e distintos dos demais que não podem ser melhor compreendidos comparativamente.

Nas últimas décadas cresceu entre nós o alcance, a repercussão e a adesão a ideias e ideais de produção de conhecimento a partir de novas bases e modos de fazer diversos do cânone. É indiscutível o potencial de emancipação e de autonomia de pensamento que tais correntes podem nos inspirar. Entretanto, se subirmos o rio, poderemos observar que, em

⁷ Sá (2024, capítulo três).

meados do século passado, o sociólogo baiano Alberto Guerreiro Ramos já pregava um tipo de prática de pesquisa atenta ao que destacam autorias mais recentes e celebradas entre nós. Ele não se furtou em navegar por rios da filosofia e da sociologia estrangeiras, todavia procurou fazer isso com um sentido próprio e condizente com a nossa condição periférica na geopolítica mundial. “Redução sociológica” foi o nome com o qual batizou sua embarcação.

Seu livro, originalmente publicado em 1958, *A redução sociológica: uma introdução ao estudo da razão sociológica*, “é parte de um ambicioso projeto de fundação de uma sociologia nacional, integrada às correntes mais representativas do pensamento universal contemporâneo, mas nascida da atividade teórica apoiada na apreciação dos fatos que constituem a personalidade histórica da sociedade brasileira”⁸.

No prefácio da edição de 2024, é possível lembrar que:

O principal sentido atribuído por Guerreiro Ramos à redução sociológica é o de um método de assimilação crítica da produção sociológica estrangeira.

[...]

Ao apresentar suas características, destaca que esta, embora seja uma atitude metódica altamente elaborada, dotada de intencionalidade, está enraizada na realidade social, em seus pressupostos e perspectivas, e tem suportes coletivos. [...]

Além do sentido original [o autor também apontou outra acepção:] [...] ‘redução como superação da sociologia nos termos institucionais e universitários em que, então, se encontrava’.

Pensando sobre a importância daquelas ideias para a atualidade, o prefaciador indica que:

⁸ Costa (2024, p. 10-6). As citações diretas seguintes, em itálico, são referentes a esta publicação.

Três elementos da redução sociológica talvez permaneçam necessários, úteis, atuais e relevantes à interpretação da realidade contemporânea — o ponto de vista, a atitude e o método. Eles se combinam numa nova perspectiva interpretativa das ciências sociais introduzidas pelos estudos pós-coloniais ou decoloniais, revelando, mais uma vez, o pioneirismo da obra de Guerreiro Ramos.

Ademais, o surgimento de um pensamento pós-colonial ou decolonial, que visa superar, entre os povos colonizados, o etnocentrismo, a hegemonia ocidental e a perspectiva modernizadora, dando voz aos agrupamentos urbanos periféricos, é um reconhecimento tardio de que a condição colonial vai além da dominação político-econômica, que estabelece relações de exploração e opressão. São teses muito caras a Guerreiro Ramos, que desde os anos 1950 denunciava a condição subalterna das culturas nativas do antigo mundo colonial. A sua obra também mostra esse caráter de antecipação com relação à crítica a uma epistemologia que exclui da reflexão o contexto cultural e político da produção e reprodução do conhecimento.

Por meio dessa breve recuperação de aspectos do ponto de vista, do modo de produção de conhecimento e da atitude do sociólogo baiano, é possível perceber que esforços de emancipação, de autonomização de pensamento e de prática de pesquisa antecedem, entre nós, embarcações de batismos mais recentes, tais como: pós-colonialismo, epistemologias do sul, decolonialismo ou pensamento descolonial.

Retomando as ideias de Aníbal Quijano, publicadas no início dos anos 1990 sob o título de “Colonialidade e modernidade/racionalidade”, Walter Dignolo nos conchama a praticar o que designa como “desobediência epistêmica”. Para ele, “sem tomar essa medida e iniciar esse movimento, não será possível o desencadeamento epistêmico e, portanto, permaneceremos no domínio da posição interna aos conceitos

modernos eurocentrados, enraizados nas categorias de conceitos gregos e latinos e nas experiências e subjetividades formadas dessas bases”⁹.

Mais adiante, complementa que:

Por desvinculamento epistêmico não quero dizer abandono ou ignorância do que já foi institucionalizado por todo o planeta [...]. A opção descolonial significa, entre outras coisas, aprender a desaprender, já que nossos cérebros tinham sido programados pela razão imperial/colonial. [...] Pensamento descolonial significa também o fazer descolonial, já que a distinção moderna entre teoria e prática não se aplica quando você entra no campo do pensamento da fronteira e nos projetos descoloniais.

Voltemos à nossa metáfora. Afluentes a montante abastecem rios que, ao mesmo tempo, deságuam a jusante. Já quando um rio encontra outro, acontece uma confluência que gera outro rio mais largo e potente. Em linguagem corrente nas Humanidades, isso pode ser comparado com hibridismos. Vejamos como o próprio Mignolo fala sobre o assunto:

Há uma série de palavras-chave explícitas e implícitas nesse meu artigo (desenvolvimento, interculturalidade, imaginário da nação, descolonial). Essas palavras-chave não estão no mesmo universo do discurso. Ou melhor, ainda não, no mesmo campo epistemológico. Na verdade, temos 2 grupos de palavras-chave aqui: desenvolvimento, diferença e nação e interculturalidade e descolonialidade. O primeiro grupo pertence ao imaginário da modernidade ocidental (nação, desenvolvimento) e pós-modernidade (diferença), enquanto o segundo pertence ao imaginário descolonial.

⁹ Mignolo (2008, p. 288-93). As citações diretas seguintes, em itálico, são referentes a esta publicação.

Ao que me parece, um grande desafio hoje segue sendo realizar apropriações seletivas e ressignificações localizadas de ideias interessantes em função de problematizações autênticas a realidades periféricas como a brasileira, tal qual a atitude de Guerreiro Ramos em suas circunstâncias históricas.

Isto posto, quero ir um pouco além e recuperar uma terceira ideia, uma embarcação batizada de “escrevivência” por Conceição Evaristo:

Tudo o que eu escrevo, seja um texto literário, uma criação literária, como também os ensaios, a dissertação de mestrado, a minha tese de doutorado, é profundamente marcada pela minha condição de mulher negra na sociedade brasileira. A minha subjetividade está ali presente em todos os textos, é a subjetividade que é formada, conformada de acordo, justamente, pela minha condição de mulher negra brasileira. Então, este meu corpo que não esconde a minha negrura física carrega todas as possibilidades e todas as interdições que este corpo físico me proporciona ou me provoca... Quando eu escrevo, quando realizo a minha criação, eu não me desvinculo desse corpo. Sou eu, Conceição Evaristo, mulher negra, oriunda de classes populares, mãe de Ainá, professora. Então, todas essas identificações, de maneira consciente ou inconsciente, elas vão contaminar o meu texto. Outra escritora e eu tenho dito muito isso, não tem aqui nenhum juízo de valor, mas Adriana Lisboa que é uma escritora branca, as experiências dela contaminam os textos dela, o texto dela há de nascer de uma forma diferente do meu. Não só a questão estética, é uma questão mesmo de vivência, o que ela vive como mulher branca na sociedade contamina o texto dela. O que eu vivo como mulher negra na sociedade brasileira contamina o meu texto. Então, assim como eu não escreveria o texto da Adriana, ela não escreveria o meu texto¹⁰.

¹⁰ Conceição Evaristo em entrevista publicada em Amaro & Samyn (2023, p. 36).

Talvez fruto da necessidade de registro de uma cidadania literária, a escrevivência não é um conceito convencional; não foi criado como tal nem para o mesmo tipo de uso, mas é, sim, um jeito genuíno de dizer uma prática, um modo de vida e convivência com a escuta e com a escrita. Eis uma terceira embarcação, que tem potencial para inspirar muitas outras, como a tese *Jurisvivência: o encontro do Direito com a escrevivência de Conceição Evaristo*¹¹.

Por mais que as ciências e a vida universitária possam ser vistas como conservadoras e reprodutoras de desigualdades sociais, elas também são fluxos, rios nos quais se adentra quando se dá início a uma trajetória formativa na pós-graduação. Todavia, as mudanças em nossos devires e nos contextos nos quais eles se dão dependem de complexidades e do modo como conseguimos nos resolver com elas.

Diferente dos originais, nos “rios das pós” as visões de mundo e de ciência são reproduzidas, levadas adiante, modificadas, confrontadas, questionadas e podem servir de substrato para a construção de abordagens alternativas. Não se nega que, em seus leitos, aconteçam violências objetivas e simbólicas, ações e interesses distantes da melhor fé acadêmica bem como disputas tóxicas por poder. Mas, ao mesmo tempo, há diversos modos de se navegar neles, e cada embarcação pode demandar por movimentos, estratégias, denominações próprias, posicionamentos sob sua medida e, assim, fomentar e inspirar o desejo da construção de outras.

Assim como as embarcações seguem e/ou enfrentam cursos de rios, ideias podem também seguir em movimentos diversos sendo revistas, discutidas, ampliadas e misturadas em cada cais no qual se chega, em cada margem na qual se atraca. Aqui, atracar pode ser

¹¹ Carvalho (2024).

traduzido como um tipo de entendimento que gera reconhecimento de si; quando a ele se chega, se torna ainda mais possível se distinguir. Assim, ao entender, reconhecer e identificar nossas escolhas podemos melhor observar diferenças e semelhanças entre embarcações.

3. atitude reflexiva e autoformação

Quando adentramos em contextos de ação humana em sociedade — e a pós-graduação em Humanidades tanto pode ser vista como um deles quanto comparada com outros mais ou menos similares —, geralmente trazemos conosco nossas trajetórias de vida, o que acreditamos ter aprendido ao longo delas, as memórias mais significativas, as experiências em estágios formativos anteriores, anseios e medos, sonhos e pesadelos, interesses e, talvez, algum propósito, enfim, mil e uma expectativas para o que virá. Neste início, é saudável abrir o espírito e colocar em xeque parte das convicções com as quais chegamos. Se elas permanecerem rígidas por todo o trajeto, pode ser um sinal de pouco avanço no sentido do autoaprimoramento desejado ou de ideias fixas que tanto podem nos adoecer.

Nas universidades brasileiras, em especial nas públicas, nas quais sigo trabalhando há mais de vinte anos, nos seus departamentos e programas de pós-graduação, muitas coisas seguem estabelecidas em estruturas de conservação de poder, relações de dominação e desigualdades sociais reproduzidas, em boa medida, além de nossos alcances individuais. São coisas geralmente pouco ditas e muito sentidas por quem chega. Quanto menos maturidade se tem, mais assustador tudo pode parecer; porém, quanto mais se conhece as regras do jogo, maiores as chances de seguir em frente do melhor modo possível. Isso pode até parecer um tanto reducionista, talvez até parcialmente o seja, mas jamais por completo.

Ao mesmo tempo, é preciso lembrar que as estruturas sociais e acadêmicas variam ao longo do espaço, do tempo e das áreas, são mais

ou menos conservadoras, se reconfiguram em devires próprios, homologam ou reformam resoluções e regras e institucionalizam outras implícitas, além de possibilitarem algumas transgressões. Mesmo a contragosto de quem se apegar à norma culta, repleta de formalismos hoje tão decadentes, tais instituições também permitem a persistência no cultivo do substantivo. Elas abrigam movimentos em sentido contrário às tendências extremistas cada vez mais mundialmente surreais, ou seja, elas mantêm abertas algumas possíveis brechas para lucidez e equilíbrio em tempos de grandes transe ilógicos coletivos.

Mesmo que suas mazelas sejam mais evidentes, quem transita por seus corredores com espírito liberto, ouvidos bem abertos, firmeza de propósito e atenção aos diferentes tipos de leituras demandadas poderá experimentar as melhores vivências em tais contextos e encontrar frestas de luz, possíveis ampliações de seus horizontes de presente e futuro.

Há muitas informações, rótulos e mitos em torno da atmosfera que paira sobre a universidade pública e, em particular, a pós-graduação no país. Por mais que práticas problemáticas, recorrentes em larga escala, sigam permitindo que este solo se torne fértil em adoecimentos, violências simbólicas e preconceitos; que um volume significativo de evidências reforce que a pós-graduação acadêmica é um lugar de “sofrências” e que eu mesmo reconheça grande parte desse público estudantil vivendo experiências dolorosas e esvaziadas de humanidades, sigo acreditando e afirmando, contra uma tonelada de depoimentos, que também é possível experimentar e viver felicidades substantivas na academia. Lembro que a expressão “felicidade sociológica” foi, talvez, a que mais ecoou na última turma. Em nosso espaço-tempo, acredito ser uma transgressão urgente.

A ideia de felicidade também pode ser comparada com a prática do cultivo de uma semente ao longo de certo tempo, ou seja, é possível enxergá-la para além dos extremos da entrada e da saída na pós. Essa é uma das atitudes mais maduras possíveis. Para ser feliz por aqui, não é obrigatório seguir as dicas de um coach acadêmico, ler manuais de autoajuda ou afins, se tornar um ingênuo crente na ideologia da ciência contemporânea ou publicar uma penca de artigos. Acredito honestamente que quem se entende e traz ou cria propósitos ao adentar no campo de jogo acadêmico poderá colher os melhores frutos possíveis ao longo de sua jornada. Para mim, esses frutos são dependentes do modo como cada pessoa conseguirá viver sua travessia.

Ao dizer isso, não estou imputando a responsabilidade do êxito ou fracasso de uma trajetória acadêmica a cada individualidade, mas, sim, procurando provocar que cada experiência seja vivida com as maiores doses de sabedoria, reflexividade e leveza possíveis. Embora muito de nossas vivências estejam condicionadas por nossas circunstâncias — elas também dependem da dimensão mais objetiva da vida, de infraestrutura, hábitos e rotinas que se consegue ou não mobilizar para tal —, há um forte componente atitudinal que, este, sim, só depende de cada pessoa.

É justamente sobre essas partes de um todo bem maior, as pequenas partes que podem estar ao alcance de cada um de nós, que pretendo seguir percorrendo ao longo do livro. Procurei inscrever o foco deste capítulo em duas expressões que acredito serem importantes neste momento: atitude reflexiva e autoformação. Assim como nos seguintes, também procurei elaborar este com o propósito de provocar reflexões e pensamento por conta própria sobre os sentidos possíveis de ingressarem onde estão.

O meu anseio de partida é estimulá-lo(a)s a colocarem em seus horizontes de reflexão a importância de se entenderem melhor com os desafios, as possibilidades e as limitações do que estão (re)começando a viver. Isso somente cada pessoa poderá ou não também ansiar, afinal, está além do alcance de outrem.

A ideia de atitude reflexiva que serve ao meu propósito é pensada a partir do chão das ciências sociais. Vejamos, por exemplo, um trecho do livro *Sobre o trabalho intelectual*, de Renato Ortiz:

As Ciências Sociais não podem existir sem o distanciamento crítico em relação a si mesmas, ele as constitui. Mas como incitar tal reflexividade? Octávio Ianni tinha uma maneira sugestiva de a ela se referir, a denominava de atitude. Eu a definiria como uma disposição interna que permite o desenvolvimento de uma forma sistemática de construir nossa própria objetivação; para tanto, é preciso que ela se transforme em habitus, em modo de vida, maneira de se perceber e exercer uma determinada prática. A atitude é a virtude que alimenta a distância reflexiva, a relação de proximidade e distância em relação ao mundo¹².

Vocês poderiam utilizar essa ideia para construir suas próprias objetivações? Podem vivê-la como uma virtude para se aproximar e se distanciar, reflexivamente, do mundo acadêmico que nos habita? Como pretendem se perceber e praticar esse modo de vida ao longo dos próximos anos? Percebem que questões como essas podem ou não estar presentes nos seus horizontes de reflexão? Elas podem ajudar na melhor condução de seus trajetos simplesmente por decidirem cultivar uma atitude reflexiva sobre o que está em jogo para quem resolve retornar a um campo acadêmico após já ter alcançado diplomação anterior.

¹² Ortiz (2021, p. 31).

Tais questões aliadas à ideia de atitude reflexiva são frutos do meu esforço de partilha de visão sobre um modo de estar e atuar por aqui. Parafraseando Renato Ortiz, estou querendo realçar uma virtude que promove a relação entre proximidade e distância reflexiva sobre as trajetórias que percorrerão em um programa de pós-graduação.

Em minha última experiência em sala na pós, boa parte da dinâmica das aulas decorria do que cada estudante trazia como partilha para os/as demais também chegantes. As atividades propostas ao longo dos cursos — sobretudo os comentários e as questões demandadas a partir das leituras indicadas para cada um dos encontros — eram oportunidades para inscrever, em suas próprias palavras, o que cada pessoa pensava sobre questões como as anteriores.

O modo como a última turma se empenhou e conseguiu inscrever em texto seus pensamentos mais genuínos deu o tom e a profundidade de nossos debates. Afinal, além das aberturas de cada aula e das atividades propostas, meus esforços no sentido da formação das alunas e alunos dependiam do que partilhavam. É aí, em parte, onde mora o espírito da noção de autoformação. Mas, antes de versar um pouco sobre ela, há outras dimensões que a ideia de atitude reflexiva pode nos permitir pensar. Por exemplo, a autoanálise e a autocrítica sobre nossas experiências de pesquisa mais íntimas ao longo do tempo, o que mais ficou em nós de cada uma delas ou que foi significativamente doloroso e o que nos permitiu chegar a sentimentos de realização singulares.

Para isso, por maior que fossem as adversidades então enfrentadas, as e os estudantes que foram capazes de tirar o melhor proveito dos cursos adotaram uma atitude crucial: entenderam que estar na pós-graduação em nosso país é uma opção, uma decisão, uma oportunidade e não um sacrifício, a priori, maior ou menor que tantos outros demandados para realizações pessoais e profissionais. A atitude

reflexiva mais relevante ao ofício pode ser melhor vivida sem esse ou outros dramas. Discernir lamúrias desnecessárias de dificuldades objetivas é importante para a manutenção de nossas sanidades por aqui. Indo além, tais sanidades, assim como leveza, serenidade e sabedoria, são virtudes necessárias a uma atitude reflexiva e autoformativa cujo o grande beneficiário sempre será quem a pratica.

Aqui, a ideia de ‘autoformação’ se cruza com a de autoria, um ideal acadêmico. É a mesma ideia de self-authorship, que se apresenta como orientação hoje muito discutida para a educação superior. Na verdade, estamos dentro da teoria geral da educação e na linha de Vygotsky e Piaget que firmaram o protagonismo do educando na sua própria formação. Humberto Maturana também chegou aí a partir do conceito biológico de autopoiesis — os seres vivos só sobrevivem na medida em que conseguem se tornar autônomos. O próprio Maturana estendeu a ideia ao mundo da educação e da cultura. Além disso, quando se fala em autoformação do pesquisador se está diante do resgate de experiência histórica decisiva para o desenvolvimento da ciência moderna e para o seu prestígio social. Até a profissionalização da academia, como a temos hoje, um fenômeno da segunda metade do século passado, os centros de pesquisa científica fomentavam os talentos e a inovação diferenciados, e deles surgiram os nomes que até hoje de alguma forma seguimos. Estes pesquisadores têm algo em comum: tomaram o risco de trabalhar por si, com pequenos grupos de alunos colaboradores. Seguiríamos à sua luz¹³.

Em contrapartida, o sistema de pós-graduação do país está mais ocupado se retroalimentando de outras coisas: são avaliações, processos, procedimentos, prazos, relatórios, métricas, eventos e afins que visam aferir e comprovar seus resultados e, assim, gerar

¹³ Sá, Mattos, Barros & Costa (2019, p. 2).

justificativas burocráticas para a continuidade de sua existência. O modo como ele segue se (re)configurando ao longo das últimas décadas relega, na prática, a preocupação com as dimensões mais profundas e autoformativas para plano secundário. Aos meus olhos, lamentavelmente as urgências e o maior volume das demandas priorizadas não são as que consolidam ambientes genuinamente instigantes e provocativos à autoformação das suas e dos seus interagentes.

Por outro lado, parte de quem chega à experiência também demonstra mais interesse pelas notas, pelo registro da frequência, por seu tema, por sua tese e pelo diploma. O foco aqui é provocar reflexão para quem quer sair do processo diferente de como entrou, se sentindo mais e melhor preparado para outros enfrentamentos acadêmicos e profissionais, tendo cruzado um percurso autoformativo diverso dos anteriores e dele levando marcas no modo como lê o mundo e como nele se entende e atua. Tenho plena convicção de que me preparo para as aulas e escrevo para minorias, mas me conformar acriticamente à lógica do sistema ou sair dele são opções piores, ao menos quando vistas a partir de minhas circunstâncias.

A pós-graduação é uma travessia, e muitos dos problemas enfrentados ao longo dela surgem associados às dificuldades em vê-la como tal. Um olhar indevido de permanência pode gerar adoecimentos, por isso outro olhar alternativo pode nos levar ao reconhecimento da transitoriedade como algo prazeroso enquanto se dá o trajeto, o devir, mas jamais apenas ao início ou ao final, nas euforias das aprovações.

Por exemplo, a última turma demonstrou, ao longo do semestre, uma atitude de escuta, partilha e reflexão coletiva durante as aulas. Ao menos parte de seus integrantes estudou, conversou e avançou, de algum modo e em alguma medida, nas compreensões sobre suas

condições singulares de ingressantes e sobre como seguiam se relacionando com seus projetos de pesquisa. Enfim, ao menos viveram a coisa com inteireza; e, tudo assim vivido, quando tomado em reflexão, tem potencial autoformativo.

Em tempos de surfe progressivo na onda da geração de textos a partir dos prompts e do que hoje se chama correntemente de “inteligência artificial”, mesmo que um neurocientista da envergadura de Miguel Nicolelis afirme ser ela “nem inteligente, nem artificial” e a acuse de ser uma “jogada de marketing”¹⁴, dissertações temáticas podem ser produzidas pela ferramenta, basta mandar bem nos prompts. Todavia, o dispositivo não pode produzir textos autorais sobre o mundo social e as experiências humanas quando se tenta compreendê-las. Esses são frutos daquela atitude e deixam um legado autoformativo. Somente quem viveu a inteireza de sua feitura tem a devida propriedade para expressá-la além do que restou por escrito.

Assim como na condição de autores de ficção, tematizada por Sérgio Rodrigues em seu livro *Escrever é humano*, escrever sobre fenômenos estudados pelas Humanidades — e, em especial, no caso de uma fração da sociologia que ainda se entende e persiste como ofício artesanal sobre o mundo social — ainda é algo demasiadamente humano mesmo que ninguém possa afirmar por quanto tempo fará sentido.

¹⁴ Disponível: <https://www.uol.com.br/tilt/noticias/redacao/2025/02/01/nem-inteligente-nem-artificial-ia-e-jogada-de-marketing-diz-nicolelis.htm>. Acesso: 7 mai. 2026.

parte 2 - experiências (agrestinas) de pesquisa

4. uma lacuna local e suas resoluções (*Feirantes*)

Identificar uma lacuna de conhecimento sobre um tema ou fenômeno pode ser um ponto de partida comum para uma pesquisa de mestrado ou doutorado. Após isso, geralmente é recomendável submeter a lacuna identificada ao seu juízo de relevância (e de sua orientação), verificar internamente se vale a pena se dedicar a ela ou se haveria opções mais pertinentes. Também é preciso especular sobre as possibilidades e habilidades de dar conta da coisa e de se motivar para tal, ou seja, se, em termos societários e acadêmicos, você entende que é relevante se dedicar ao que deseja, se acredita que terá forças suficientes para concluir a empreitada bem como persistência e resiliência para manter interesse no assunto por um predeterminado período de tempo.

Vou recontar um pedaço de minha trajetória tendo em mente que tais experiências podem servir para que ingressantes reflitam sobre as suas. Reitero que o propósito é ofertar um relato do que vivi para provocar a reflexão sobre seus rumos e horizontes autoformativos, algo bem diverso de uma exposição egoica que não faz sentido em uma sala de aula de pós-graduação, ao menos aos meus olhos, muito embora saibamos que ainda siga em voga.

Quando cheguei ao Agreste, em dezembro de 2006, para atuar no campus de Caruaru da Universidade Federal de Pernambuco (UFPE), não tinha ideia de qual seria a agenda de pesquisa que iria abraçar. Tinha concluído, no ano anterior, um mestrado em administração com uma dissertação repleta de ingenuidades sobre reflexividade — muito a partir das ideias do sociólogo alemão Ulrich Beck — e articulação empreendedora. Naquele mesmo ano, tive a oportunidade de apresentá-

la no 29º Encontro Anual da Associação Nacional de Pós-Graduação em Ciências Sociais (Anpocs) no grupo de trabalho “Dilemas da modernização periférica”, sob a coordenação de Jessé Souza e Marco Aurélio Nogueira. Hoje, vejo, no título daquele grupo, um prenúncio dos meus rumos ao longo das décadas seguintes.

Ingressar na carreira docente logo após a conclusão do mestrado me proporcionou as condições objetivas para sincronizar carga horária funcional em pesquisa com minha autoformação. Tinha começado uma graduação em ciências sociais, porém, como não a havia concluído, deixei a obtenção da titulação naquilo que já fazia para o doutorado e segui praticando o máximo que conseguia. Como não contava com parte das leituras de graduados e mestres em ciências sociais, eu gozava de um tanto de liberdade dos jargões e da subserviência ao cânone nacional. Assim, segui determinado a aprender o ofício por meio da prática, como acredito que tenha acontecido, ao menos o suficiente para ocupar uma posição de docente de sociologia em um departamento de ciências sociais e em um programa de pós-graduação da área.

Foi no segundo semestre de 2007, em uma ida casual à Feira de Caruaru, que me apercebi de seu potencial como campo de pesquisa local. Situada no centro da cidade e composta por mais de uma dezena de “feiras internas” (de utilitários, confecções, do Paraguai, de ervas etc.), nos dias de feira livre e de feira da sulanca, milhares de pessoas dos municípios circunvizinhos transitam pelo lugar. Além de ainda ser a atividade econômica central na vida de muitos agrestinos, a feira se configurou, ao longo do tempo, como sua matriz sociocultural, uma vez que a prática do comércio de feira de rua conformou o modo de vida e de se fazer negócios não só na cidade, mas também na região que passei a chamar de “agreste das confecções” tamanha a pujança da produção

confeccionista, em muito comercializada por meio de feiras da sulanca também em cidades como Toritama e Santa Cruz do Capibaribe.

Em seguida, procurei e não encontrei pesquisas sobre ela, então constatei a ausência de estudos sobre a feira que deu origem à cidade, principalmente sobre aquela gente e seu dia a dia em pleno século 21. Ao reconhecer aquela lacuna, me senti como quem encontra um tesouro. O contraste entre o simbolismo da feira cantada por Luiz Gonzaga e a precariedade objetiva percebida ao se transitar por seus corredores me motivou ainda mais a seguir em frente.

Ao mesmo tempo, tomava parte de uma equipe nacional coordenada por Jessé Souza cujo trabalho deu origem ao livro *Batalhadores brasileiros*. Enfim, tinha identificado uma lacuna temática local e, simultaneamente, estava inserido em uma rede de pesquisadores da qual me nutria em termos teóricos e metodológicos. O meu desafio era chegar às melhores resoluções para seguir adiante naquela experiência que deu origem ao livro *Feirantes*.

As principais referências que incorporei daquele grupo foram a sociologia de Pierre Bourdieu (em especial o modo como ele se resolveu com os desafios que enfrentou em seu período argelino e a forma como aquela experiência repercutiu na composição de suas noções teóricas, sobretudo a de *habitus* como conjunto de disposições incorporadas e manifestadas, por exemplo, em modos distintos de comer, de manusear os talheres ou classificar os bairros e seus moradores em comparação aos outros); a tese da modernização periférica de Jessé Souza e os estudos dela decorrentes, como aqueles publicados em *A ralé brasileira*; e a atualização crítica que Bernard Lahire fez do legado bourdieusiano, em particular da noção de disposições, bem como a sua proposta metodológica apresentada no livro *Retratos sociológicos*. Esses eram os principais fios que me conectavam com aquela equipe da qual também

me municiei com interlocução, um roteiro para entrevistas em profundidade, que adaptei para as/os feirantes, e com algumas perguntas que me ajudaram na elaboração de um questionário aplicado com o público-alvo naquele universo — os proprietários das barracas ou boxes de alimentação que serviam almoços ou lanches vários dias por semana.

Como atuava em um departamento de administração e economia, mesmo sem qualquer vigilância ou censura institucional, entendia ser um dever tematizar a questão dos negócios em minha atuação em pesquisa sobre fenômenos do mundo social. Na prática, aquilo era o que eu mais fazia.

Ainda hoje, desconheço outro estudo publicado em livro sobre as condições de vida e trabalho dos feirantes de Caruaru, ou seja, com suas forças e fraquezas, *Feirantes* foi uma contribuição para a diminuição de uma lacuna de conhecimento local. Mas quais foram as minhas resoluções ao seguir adiante em tal enfrentamento e que acredito serem pertinentes de partilhar com quem ingressa em uma pós em Humanidades?

Alternativas para “se resolver” em uma situação de pesquisa também podem surgir como as ideias. Certo dia, um professor me falou que as ideias possuem dinâmica própria; não chegam quando nós queremos, e sim quando elas querem. Tudo o que podemos fazer é nos manter à disposição para acolhê-las quando resolverem se chegar, mas isso somente ouvi anos depois de deambular por meses entre os corredores da feira. Eu observava e caminhava por ela com a esperança de que as ideias chegassem; sentia que, para isso, seria preciso submergir naquele mundo.

O primeiro desafio enfrentado foi, então, o de aprender a transitar pela grande área que a abrigava. Levei algum tempo, mas guardo com

alegria a recordação de quando deixei de me perder. Foi indo e vindo, fazendo compras, almoçando por lá, fluindo em sua dinâmica que as resoluções também começaram a se achegar. Observei o espalhamento das barracas e boxes de alimentação por todos os seus setores; era o único tipo de comércio que perpassava os demais. Como minha ambição era a de pensar sobre a condição dos feirantes de Caruaru, qualquer outra opção por um segmento específico me restringiria a um setor físico da feira. Quando foram feitos o mapeamento e a contagem de tais negócios, percebi que o tamanho da população era viável para a aplicação de um questionário, e assim foi feito.

Lembro que o único material bibliográfico significativo ao qual tive acesso sobre a Feira de Caruaru foi o dossiê elaborado para seu reconhecimento como patrimônio imaterial pelo Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (Iphan), que não estava publicado ainda naquele tempo; tive de acessar uma cópia no Museu do Barro somente disponibilizada para consulta no local. Em uma situação de pesquisa como aquela — sem bibliografia prévia e sem documentos significativos sobre o problema central —, para entender o contexto, seria preciso conversar com muitas pessoas com diferentes relações com a feira e com os feirantes (sindicalistas, gestores públicos, pesquisadores, formadores de opinião etc.), além deles próprios, bem como praticar o pluralismo metodológico propagado por Pierre Bourdieu.

Poderia, sim, ter procurado e estudado a bibliografia sobre feiras no Brasil e mundo afora, mas, livre da exigência de uma revisão de literatura, algo recorrente para dissertações ou teses, optei por observá-la e descrevê-la como um tipo de mercado periférico contemporâneo a partir da tese de Jessé Souza em *A modernização seletiva*, também tensionado por um imaginário que não se encontrava em suas esquinas.

Essas e outras resoluções foram acontecendo ao longo dos avanços; não parti de um projeto bem estruturado no qual os passos já estavam predefinidos. Aquela experiência foi sendo vivida como quem cria as peças e monta um quebra-cabeça sem molde prévio para que eu mesmo, depois, pudesse tentar solucioná-lo. Foi assim que passei a me sentir confortável ao entender e viver a cadência de cada pesquisa bem como a dinâmica singular de cada campo. Esses foram aprendizados que acredito ter obtido na feira.

Ao seguir adiante me resolvendo com o fluxo da investigação, acredito ter aprendido uma série de práticas cuidadosas de pesquisa: a descrição, a organização dos resultados e de como foi feito o trabalho empírico, os esforços redacionais no sentido de comunicar o estudo para não acadêmicos — tendo em vista a oferta do produto daquele trabalho para o debate público —, enfim, esses foram apenas alguns entre outros modos de lidar com os enfrentamentos e suas demandas.

Um investimento maior na sistematização, organização e apresentação da empiria também foi o modo que encontrei para me resolver com a fragilidade de teorização inerente à minha contingência naquele momento da carreira. A prioridade do local, no sentido de valorizar as descrições necessárias ao fenômeno ainda inexplorado, se refletiu no modo de desenhar e fazer a pesquisa.

Feirantes representa, para mim, o primeiro exercício prático da atitude reflexiva e da autoformação de que falei no capítulo anterior bem como a primeira experiência agrestina de pesquisa sobre o mundo social. Nela estão os germes do que procurei reunir e organizar em *Agruras & Venturas*. Assim como Pierre Bourdieu, “*na realidade fui descobrindo aos poucos os princípios que guiavam minha prática, mesmo no*

terreno da pesquisa”¹⁵, ou seja, tais resoluções foram sendo geradas enquanto vivia aquela experiência agrestina.

Hoje acredito piamente que as melhores soluções para nossas pesquisas podem decorrer da atitude que colocamos em prática ao levá-las adiante. Cada vez que acreditamos aprender com os erros e alcançar algum êxito, é possível fortalecer nosso discernimento e nossa autoconfiança para os desafios que o futuro nos reservará.

De alguns anos pra cá, olhando-a em retrospectiva, passei a enxergar, naquela experiência, as origens da ideia de pesquisa social periférica, um jeito de denominar o modo de produção de conhecimento que acredito ter praticado a partir e ao longo das experiências agrestinas seguintes, ou seja, a forma de “se resolver” no devir de uma pesquisa que representa o início de uma trajetória na qual acredito ter seguido incorporando e praticando um modo próprio e periférico de olhar e pesquisar os agrestes do mundo social, algo muito inspirado na noção de *habitus* científico:

*Em termos epistêmicos, a noção de habitus científico é o instrumento elaborado e desenvolvido por Bourdieu ao longo da evolução reflexiva e da explicitação dos princípios práticos do ofício tal qual o desempenhava. Os efeitos da mistura de estratégia e contingência na carreira e na elaboração de seus conceitos, assim como o potencial da ideia de habitus para orientar a descrição de ‘ações estratégicas localizadas’*¹⁶.

Recorrendo ao modo como Charles Taylor se refere à noção — como compreensões corporificadas¹⁷ —, acredito que a experiência de *Feirantes* me permitiu incorporar duas compreensões iniciais: uma

¹⁵ Bourdieu (2005, p. 38).

¹⁶ Sá (2016, p. 200).

¹⁷ Taylor (2000), em “Seguir uma regra”.

sobre aspectos da condição de vida e trabalho agrestinas, e outra sobre o ofício da pesquisa social periférica, mesmo ainda sem saber que assim o chamaria mais de uma década depois. Afinal, nosso ofício é uma prática mais ou menos parecida com diversas outras, e será a partir dela que se terá algo a dizer sobre o seu tema. Para aprendê-la, é preciso se entender com isso e não apenas com as ideias de nossos autores favoritos na assepsia das bibliotecas, por exemplo.

Todavia, é válido ressaltar que os desafios e os modos como os enfrentamos partilham semelhanças e diferenças, cabendo aos nossos amadurecimentos ampliar o discernimento entre elas, afinal, a cada um caberá refletir sobre o que foi do outro e o que se mostra singular ao seu vivido. O que também sinto ter incorporado ao longo deste primeiro percurso agrestino foi uma reflexividade própria, periférica, que me proporcionou mais confiança para seguir adiante.

Ao final daquela trajetória, tive a oportunidade de pensar sobre os aprendizados e as dúvidas dela herdadas. Tal iniciativa foi fruto de um entendimento elementar: cada experiência de pesquisa, quando proveitosa, merece ser tomada como objeto de reflexão no sentido da autoformação de quem a viveu. Tal atitude autorreflexiva poderá reverberar nas próximas.

5. uma ideia de abril (*Filhos das feiras*)

“Abril, águas a mil”. Era nesse ditado popular do norte de Portugal que me encontrava submerso em 2012. Chovia tanto que, mesmo morando em uma rua ao lado da Universidade do Minho, não era sequer razoável ir trabalhar em sua biblioteca, que ficava a menos de cinco minutos de caminhada.

Tinha ingressado no doutorado em sociologia no outubro anterior com um projeto desmedidamente ambicioso, intitulado “Os modos de pensar, sentir e agir do homem de negócios contemporâneo”. A proposta decorria do estudo exploratório que tinha sido realizado em paralelo à conclusão de *Feirantes* e publicado no livro *O homem de negócios contemporâneo*, ainda no primeiro semestre de 2011, antes de cruzar o Atlântico.

Logo nos primeiros meses do doutorado, fui me apercebendo do quanto precisava melhor delimitar o objeto indicado pelo título do projeto original. Por um lado, ter dois estudos anteriores concluídos e publicados na temática da relação entre gente, negócios e trabalho a partir de uma perspectiva sociocultural era um trunfo, mas, por outro, poderia ser um limitador de horizontes a me manter com apego ao que “já tinha”.

Hoje, quando olho em retrospectiva, observo que aqueles meses iniciais foram dedicados a colocar os pés em novo chão e ampliar meu discernimento em relação aos extremos, às ambições ou aos apegos além do razoável. Também foi necessário me manter mais atento ao novo tempo, ao que as mudanças climáticas e as passagens das estações podem nos trazer.

Com alguma serenidade a mais, foi possível me entender nos seguintes termos: não seria razoável projetar, em uma tese, anseios desproporcionais ao período de tempo e estágio formativo em que me encontrava. Também seria preciso que sua confecção me desafiasse a ir além do que já acreditava ter aprendido nos estudos anteriores e se configurasse em um trabalho no qual reconhecesse a elaboração condizente com o título que almejava. Isso, independentemente do juízo da futura banca, era uma questão de realização íntima para me sentir e me resolver bem com todo o processo.

A ideia da expressão “filhos das feiras” como mote de avanço da tese desaguou em uma daquelas tempestades de abril. Mesmo que uma ideia não tenha potência suficiente para, por si só, gerar uma tese, ela pode dar norte, apontar os rumos e, assim, ser capaz de fazer mover sua autoria.

Desde o início, procurava me manter internamente em conexão saudável com as questões agrestinas com as quais queria me resolver. Foi com essa atitude que procurei conviver com as alterações no clima e com o modo como o ciclo das estações acontecia em mim nos primeiros meses de velho continente. Mas como aquela ideia de abril se revelou capaz de me fazer mover? O que, afinal, proporcionou aos rumos da tese?

Sigo até hoje convicto de que problematizar as experiências anteriores foi um ponto de partida decisivo, ou seja, perguntar quais dúvidas ficaram e como seria possível, a partir delas, aprimorar minhas competências em termos de conduta investigativa e práticas metodológicas. Como pode ser visto no capítulo “Da Feira de Caruaru ao método” em *Agruras & Venturas*, a sistematização de tais dúvidas se deu em razão de um primeiro conjunto de leituras em sociologia, história e filosofia da ciência, sugeridas pelo professor Pedro Lincoln, o mesmo de

quem ouvi a máxima do capítulo anterior sobre a chegada das ideias. Afinal, foi quando trabalhava com ele na redação da primeira versão daquele texto, em 2012, que a ideia chegou.

Naquele momento, seguia com uma tensão teórica, pois me alinhava com a atualização crítica que Bernard Lahire fazia da sociologia de Pierre Bourdieu, em particular ao abrir a noção de *habitus* — grosso modo, um sistema coerente de disposições comum aos indivíduos membros de uma mesma classe social — para as variações intra e interindividuais nas disposições dos indivíduos que ele observava ao longo de suas pesquisas na França. Em um contexto periférico como o agrestino, a empiria me mostrava duas coisas: um tanto de homogeneidade nas disposições dos feirantes e algumas variações herdadas por meio do comércio de feira de rua e incorporadas entre os proprietários dos negócios de produção e comercialização de confecções que, cada vez mais, me inclinava a estudar.

Dentre os muitos estudos sobre a produção e a comercialização de confecções no Agreste pernambucano — oriundos de diversas áreas e até então publicados —, a maioria se encontrava, no caso da sociologia, no campo do trabalho com foco nas condições dos trabalhadores locais. Dentre eles, encontrei uma lacuna temática sobre os proprietários daqueles negócios, e isso despertou meu interesse. Então me apercebi de que “filhos das feiras” tanto poderia me fazer aproveitar, em bom sentido, as experiências prévias agrestinas quanto dar um recorte necessário e razoável ao projeto doutoral inicial.

Nos semestres seguintes, tive a oportunidade de dar conta de outros dois conjuntos de leituras também recomendados pelo professor Pedro: um deles com foco na filosofia pragmática da linguagem de Ludwig Wittgenstein (entorno das ideias de seu livro *Investigações filosóficas*) e o outro envolto em uma visão reflexiva da pesquisa em ciências da cultura,

em novas bases de racionalidade, centrado na perspectiva de Jürgen Habermas. Ao mesmo tempo, o aprofundamento em leituras sobre a epistemologia, assinada por Pierre Bourdieu, me fornecia elementos para enriquecer a ideia e transformar a expressão em uma noção teórico-epistêmica decorrente do *habitus*/disposições capaz não somente de dar nome à tese, mas também de guiar sua estruturação e tessitura. Os entendimentos alcançados ao se avançar em tais sentidos estão sintetizados nos capítulos dois e três do livro *Agruras & Venturas*.

A ideia que desaguou em abril se alojou em mim e assim permaneceu por outras chuvas, mudanças climáticas e estações. Seguiu comigo também para um período de estudos na Itália, veio de volta ao Agreste para a pesquisa empírica e, por fim, me acompanhou já fincada no título da tese para o período de redação final na Irlanda. Desde quando chegou, iluminou toda a jornada; diria até que parte significativa de minha criação criteriosa acabou por acontecer no sentido de fortalecer, ampliar e fazer reverberar sua significação, o que se deu por meio da incorporação de outras noções decorrentes da leitura pragmática e construtivista que fiz do modo de produção de conhecimento cunhado por Pierre Bourdieu (a epistemologia de referência) e da incorporação, ao meu vocabulário, sobre aquele mundo social de termos como: *habitus* feirante, campo de negócios agreste, agreste das confecções, recursos diferenciadores no mercado local e traços distintivos dos proprietários, dentre outros que podem ser melhor compreendidos no livro *Filhos das feiras*.

Segui adiante com atenção às mudanças de direção dos ventos e do que poderia chegar com cada um deles; foram idas e vindas até encontrar alguns entendimentos chave. Hoje, acredito que o mais básico dentre eles foi a compreensão do comércio de feira de rua como uma matriz sociocultural de um modo de ser e atuar em negócios na região,

uma herança presente e incorporada por muitos agrestinos ainda hoje. Assim, seus feirantes poderiam ser melhor compreendidos.

Com o avançar dos estudos e das novas incursões no Agreste, o que mais passou a me chamar a atenção foi o processo histórico, social, cultural e econômico de diferenciação entre aqueles que recebiam como herança semelhante tal conjunto de disposições, porém se modificavam mais ou menos em comparação a elas, a depender dos rumos que tomavam nos negócios e das outras diferentes práticas que incorporavam em comparação aos demais também atuantes no ramo, nos quais as unidades domésticas de produção, os fabricos, as facções e as empresas locais de pequeno, médio e grande porte tinham emergido ao longo da mesma história coletiva local.

Ao pensar o fenômeno a partir do tripé de noções teóricas centrais de Pierre Bourdieu — *habitus*/disposições, campo/espço social e capitais/poder — em decorrência direta da noção de filhos das feiras, adveio a de campo de negócios agreste, ou seja, o campo constituído por tais proprietários e por seus negócios, estando esse vinculado a outros que conformavam o que passei a chamar de agreste das confecções, o espaço social local. Ao invés dos capitais cultural e econômico do modelo bourdieusiano, aquele campo, aqueles agentes e seus negócios me impunham outros parâmetros para compará-los entre si. O que havia desaguado em mim naquele abril das chuvas a mil germinava em outras ideias.

Foi então preciso me apropriar seletivamente e ressignificar localmente outras noções presentes no legado do sociólogo francês, tais como traços distintivos dos proprietários e recursos diferenciadores no mercado local. O anseio, com isso, era promover a comparação entre os personagens centrais à tese e seus negócios por meio de parâmetros pensados sob medida daquele fenômeno. Enfim, seguia adiante sempre

me servindo das experiências empíricas e teóricas prévias, mas procurando ir além delas e, assim, preparar o solo para a tese.

Não só no título, a ideia de explicitar as variações entre os filhos das feiras, quando comparadas com o *habitus* feirante — herdado da história coletiva local por meio da composição do campo de negócios agreste — também serviu de germe para sua estruturação e execução. O que desaguou como mote virou enredo central, força motriz e praticamente se impôs como sua razão de existir.

Friso isso porque uma tese de doutorado em Humanidades pode sofrer em decorrência de uma polarização muito recorrente e um tanto limitadora: conferir maior ênfase à segurança de um esforço de pesquisa empírica que amplia o alcance de nossas referências ou, em extremo oposto, à elaboração de interpretações pretensamente arrojadas e originais. Dizendo de modo mais provocativo para demarcar tais polos, entregar o material empírico arduamente elaborado para que o jargão da área fale sobre ele ou arriscar criar uma linguagem teórica “inovadora”.

Ao procurar um lugar razoável e que me deixasse confortável entre tais extremos, minha opção foi levar a sério as palavras do próprio Bourdieu quando se permitiu pensar os trabalhos científicos em analogia com uma música que não deveria ser simplesmente reproduzida mesmo que com perfeição, e sim servir para que cada um, ao reconhecer seus princípios de composição, pudesse criar outra música própria a partir deles¹⁸. Foi assim que procurei me nutrir daqueles princípios.

Ainda hoje acredito que, ao procurar entender e interpretar aquele modo de produção de conhecimento, foi possível me distanciar de tais

¹⁸ Bourdieu (1989, p. 63-4).

extremos: a reprodução do jargão, como muitos que seguem sendo aceitos como tese, e o arroubo inventivo de um “gênio original”, como alguns acreditam ter feito. Sigo com o sentimento de realização pessoal pelos contornos que tomaram a tese e o vivido que a nutriu, bem como pelo cumprimento de meu dever ao vê-la ter sido reconhecida pelo júri como digna deste nome na sua área. Com suas forças e fraquezas, ela é somente uma dentre milhões de outras que tiveram origem e destino semelhantes. É mais um exemplo razoável que não deve, como a maioria dos outros e tal qual costume frisar, ser visto como “exemplar”, algo a ser copiado ou tratado com distinção, pois nada mais é do que uma tese honesta e digna do nome do mesmo modo que tantas outras.

Foi ao longo de invernos e verões que acredito ter me entendido com o que os jargões de uma área podem nos possibilitar ou limitar. Hoje, visto em retrospectiva, observo *Filhos das feiras* como um estudo no qual se perseguia uma interpretação parcial e limitada da condição humana em solo agrestino aberta por *Feirantes*, enfrentando questões teóricas, metodológicas e empíricas que o trabalho anterior não enfrentou ou não deu conta.

Vez por outra, quando lembro daquele abril de 2012, percebo um leve sorriso espontâneo tomar meu rosto. Lembro também do tanto que chovia naqueles dias, e, até hoje, me sinto muito grato e mesmo impressionado pelo que me chegou. Foi assim que aprendi que uma ideia pode ser capaz de fazer mover uma tese.

Advertência: o foco deste ensaio foi partilhar a relação de quem segue trabalhando no sentido de construir uma tese com o fluxo e a potência de ideias que podem se achar. Não se ignora que as condições de trabalho vividas variam a depender da instituição a qual se está vinculado, se o curso segue sendo feito no Brasil ou no exterior, se no

formato com ou sem aulas, se é preciso trabalhar para se manter ao longo dele ou se dispõe de bolsa ou outra fonte de renda, a qualidade e a saúde da relação com a orientação, a condição de realização da tese e de se realizar ao longo de sua feitura pode mudar a depender de fatores como esses. O desafio de quem se propõe a vencer tal empreitada será também o de encontrar os melhores modos possíveis de conviver e seguir em frente em suas contingências. Para isso, será fundamental manter conexão com o trabalho para que, assim, as ideias possam se chegar quaisquer que sejam suas circunstâncias.

6. um desafio íntimo e coletivo (*Além do barro*)

Ao regressar do doutorado, sentia vontade de trilhar outros caminhos investigativos além do circuito das feiras e das confecções. Ao mesmo tempo, alimentava o anseio de experimentar o modo de produção de conhecimento que acreditava ter incorporado ao levar adiante as pesquisas anteriores em outro campo temático.

Desde 2009, tinha fixado residência no Alto do Moura, uma comunidade artesã que ganhou fama nacional, em meados do século passado, decorrente da projeção de Mestre Vitalino à condição de ícone da arte popular brasileira e expoente do artesanato figurativo local em barro. Mesmo quando vivia entre idas e vindas ao velho continente, eu seguia acompanhando as transformações às quais aquela outrora vila artesã era submetida enquanto bairro periférico em uma cidade interiorana de médio porte como Caruaru.

Foi assim que apresentei o último integrante de um trio agrestino:

Não tenho dúvidas em afirmar que Além do barro não existiria sem seus dois antecessores. Por meio de uma série de iniciativas coletivas entre 2016 e 2021, sob minha coordenação e responsabilidade científica, procurei enfrentar o estudo de uma comunidade artesã familiar onde fiz morada por alguns anos, e da qual fui testemunha ocular de seu devir em partes das últimas duas décadas. Quis confrontar a abordagem teórica e o modo de análise, desenvolvido por meio e ao longo de Feirantes e Filhos das feiras, com persistências do século passado entre nós, num meio que tocava minha intimidade e com o qual mantinha laços profundos. Como costume dizer, minha vida fez morada afetiva no Alto do Moura, tal vínculo tanto me permitiu acesso diferenciado a muitos dos informantes e entrevistados

quanto me colocou em vigilância redobrada no sentido de uma prática de pesquisa social periférica mais esclarecida possível.

Enfim, pensei ser agrestino e contemporâneo explorar questões que unem o local e o global em meio à vida comunitária artesã de origem rural e interiorana. Como ela reage quando enfrenta problemas urbanos, mudanças nos seus laços sociais ou naquilo que lá se reconhece como valioso, nos perfis de seus artesãos e de suas autoclassificações, nos desafios da manutenção por meio da atividade, ou ainda quando demonstra temer pelo fim do ofício ao ver seus filhos e netos, crescidos no artesanato, se encaminhando para outras atividades.

Uma ambição que une o trio é a construção de uma interpretação sobre dimensões sociais, culturais e econômicas da vida agrestina (onde quer que ela se dê) em tempos globais. [...] No caso de Além do barro, acerca de dilemas de membros de uma comunidade artesã detentora de reconhecimento social, mas que enfrenta desafios dos mais diversos para dar seguimento ao ofício¹⁹.

Por que esta última experiência pode ser intitulada como um desafio íntimo e coletivo? Como se deu o trânsito e a convivência da intimidade do vivido com uma iniciativa executada em coletividade?

Tendo anteriormente investigado fenômenos mais vinculados à sobrevivência objetiva, como o comércio de feira de rua e a produção/comercialização de confecções, a dimensão simbólica mais acentuada do ofício artesão me atraía. Indo e vindo pela Rua Mestre Vitalino, principal via local, me perguntava em que medida o que havia aprendido ao longo da feitura dos estudos anteriores poderia ter serventia perante as heranças e características peculiares àquele modo de vida e trabalho em nosso século.

¹⁹ Sá (2023, p. 16-7).

Ao mesmo tempo em que refletia sobre o quanto aquela condição específica poderia possibilitar reflexões sobre o nosso ofício em Humanidades, convivia com um anseio quase que incontornável de levar a outro fenômeno as questões que persistiam comigo sobre a condição agrestina, ou seja, sobre como o local e o global se tensionavam em um contexto como aquele com o qual compartilhava o endereço.

Na realidade, mantinha um interesse antigo em pesquisar aspectos do Alto do Moura contemporâneo, mas entendia que, antes disso, era preciso me defrontar com as vidas, os negócios e o trabalho nas feiras e nas confecções agrestinas como o fiz. Uma vez tendo me resolvido com esses desafios anteriores autoimpostos, entendia que, com um estudo sobre o artesanato, concluiria uma trajetória sobre três temas relevantes à história contemporânea local: o comércio de feira de rua, a produção/comercialização de confecções e a condição artesã.

Residir no bairro me propiciava acesso diferenciado aos protagonistas da artesanian local, muitos me conheciam como “o professor”, que morava em uma casa conjugada entre duas vizinhas artesãs. Além disso, me inscrevi na Associação dos Artesãos em Barro e Moradores do Alto do Moura (Abmam) e passei a frequentar suas reuniões ordinárias e demais eventos informando, obviamente, sobre minhas pretensões de pesquisa, apresentando a proposta e obtendo o necessário consentimento para tal.

Por outro lado, esta proximidade significativa me cobrava atenção redobrada aos movimentos de distanciamento também necessários para encontrar uma perspectiva razoável, um ângulo de abordagem ao tema e de objetivação daquela experiência que finalmente saía de um horizonte de futuro e chegava ao plano do presente.

Foi justamente ao problematizar as temáticas atraentes e pertinentes de serem esmiuçadas naquele presente que me apercebi em

uma teia de temas transversais e conexos que demandariam bem mais do que dispunha. A constituição de um grupo para dar conta das frentes temáticas, mesmo que parcialmente, seria inevitável. Somente não sabia que o trabalho coletivo tanto me ajudaria a manter a vigilância epistêmica, que acreditava ter aprendido com Pierre Bourdieu e praticado anteriormente, quanto me proporcionaria uma nova experiência significativa.

Também tive a fortuna de reunir, em meu entorno, colegas e jovens estudantes que dedicaram muitas horas de trabalho tanto às nossas idas ao Alto do Moura quanto à análise de todo o material empírico que juntos gerávamos, assim como às demais atividades necessárias ao melhor seguimento da investigação. A integração e a sincronia da equipe era motivante: partilhávamos leituras, elaborávamos os roteiros para entrevistas, líamos nossas notas das histórias de vida que ouvíamos das artesãs e dos artesãos, procurávamos entender o modo como levavam adiante suas oficinas e lojas e revíamos as ruas, o casario, as prateleiras e as peças reproduzidas nas fotografias que seguíamos selecionando e, assim, compondo nosso acervo.

O recurso do registro fotográfico não estava previsto inicialmente, mas, em campo, fui percebendo a serventia progressiva das imagens para, por exemplo, a visualização das transformações urbanas pelas quais passava a comunidade e para a caracterização das lojas-oficinas como negócios periféricos diferentes de microempreendimentos e/ou empresas convencionais. As fotografias contribuíram para que a busca pelo melhor entendimento possível do fenômeno também se desse por meio daquele suporte imagético, como pode ser visto no capítulo cinco de *Agruras & Venturas*.

Já havia estudos sobre as figuras dos Mestre Vitalino e Galdino, bem como sobre a história da conformação do lugar no período pós-

Vitalino em uma comunidade artesã ou mesmo sobre alguns temas específicos, mas não acessamos trabalhos sobre aquela condição artesã em nosso tempo, sobre como conviviam com as heranças das gerações anteriores e as tensões da urbanização truncada, com a diminuição do fluxo de turistas e compradores, com o aumento da insegurança, da violência urbana e do fluxo de outros públicos desconhecidos; com o crescimento de outros tipos de negócios ou, ainda, com o desengajamento do ofício pelos mais jovens. Eram os enfrentamentos daquele presente que mais nos desafiavam.

Quando comparada com as experiências anteriores, como procurei fazer no capítulo quatro de *Agruras & Venturas*, é possível observar como as noções decorrentes do *habitus* e das disposições foram sendo remodeladas em função dos interesses e perspectivas de cada uma das pesquisas, ou seja, na ênfase na reprodução social no devir da história em *Feirantes*, nas variações e recorrências a partir de uma história coletiva local em *Filhos das feiras* e nas tensões emergentes do século 21 em uma comunidade artesã interiorana.

As estudantes envolvidas resolveram dedicar seus trabalhos de conclusão de curso ao tema, e, assim, eles também serviram de base empírica para a redação dos capítulos coassinados. Essa experiência foi singularmente significativa para minha trajetória pela riqueza da dinâmica de trabalho e do aprendizado coletivo. Juntos, também promovemos a devolutiva pública de um relatório parcial da pesquisa e de seus desdobramentos cujo relato pode ser visto no capítulo seis de *Agruras & Venturas*. O que cada um de nós acreditou ter aprendido com os anos de trabalho em grupo ficou registrado no apêndice de *Além do barro*.

Em termos de síntese retrospectiva, enquanto a ênfase analítica de *Feirantes* se voltou para os impactos da modernização periférica naquela

condição e, em *Filhos das feiras*, mais para as reminiscências da história coletiva local na dinâmica modernizadora incorporada, em *Além do barro* o foco se voltou mais para as tensões e os hibridismos de ambos os processos. O livro procura interpretar um momento do devir do Alto do Moura. Isso me permitiu pensar em outros devires agrestes e periféricos, ampliando entendimentos e seus alcances, algo substantivamente diferente de “generalizações”.

Para ir além, compartilho uma provocação reflexiva elaborada como paráfrase a partir das considerações finais de *Além do barro*: é ao se situar na contemporaneidade que as Humanidades poderão se entender com seu devir e vislumbrar caminhos possíveis para melhores presente e futuro do que aqueles que se anunciam nas manchetes de hoje. O revirar-se para o presente e a elaboração de cenários futuros requerem coragem e inteligência para ir além da diminuição da atenção e do interesse que a sociedade contemporânea apresenta pelo que fazemos.

Ao dizer isso, não se quer imputar a responsabilidade sobre o presente e os horizontes futuros apenas aos professores, pesquisadores e estudantes; é preciso de políticas públicas e de gestão educacional de qualidade para que as Humanidades possam melhor se situar na atualidade. Todavia, é indispensável uma atitude renovada e de enfrentamento dos nossos desafios mais íntimos e coletivos, especialmente aqueles que entendemos serem socialmente relevantes.

Gostaria de registrar que fomos felizes durante inúmeras horas de trabalho coletivo. Credito isso ao ambiente colaborativo que construímos e à capacidade de nos sentirmos pertencentes, integrados e compromissados com o projeto, algo que nos unia e ia além de nossos interesses individuais. Até mesmo depois, na pandemia de covid-19, quando já tinha me transferido para a UFPB, seguimos nos reunindo

remotamente para ouvir e concluir as nossas leituras dos capítulos do livro.

Aliás, de modos distintos, posso afirmar com convicção e franqueza que também segui com este sentimento de felicidade ao longo da feitura de *Feirantes e Filhos das feiras*. Essas três experiências, em conjunto, seguem vivas em mim como uma fonte de realização pessoal e profissional da qual me alimento ainda hoje.

Registrar isso me fez lembrar da questão da felicidade que havia sido posta em uma das primeiras aulas daquele último curso que inspirou e animou a confecção desses ensaios breves. Em especial, depois da sua recorrência em aulas posteriores, percebi que parte da turma passava por momentos difíceis, de desânimo e mesmo de hesitação em relação ao seguimento na pós, principalmente em decorrência de questões burocráticas de financiamento. Foi então que, sendo período de Páscoa, aproveitei o ensejo para compartilhar um trecho do prefácio de Viktor Frankl à edição americana de 1984 do seu best-seller *Em busca de sentido*, com o qual gostaria de concluir esta segunda parte de *Partilhas pra quem chega*:

Não canso de alertar meus alunos, tanto na Europa quanto nos Estados Unidos: 'Não procurem o sucesso. Quanto mais o procurarem e o transformarem num alvo, mais vocês vão errar. Porque o sucesso, como a felicidade, não pode ser perseguido; ele deve acontecer, e só tem lugar, como efeito colateral de uma dedicação pessoal a uma causa maior do que a pessoa, ou como subproduto da rendição pessoal a outro ser. A felicidade deve acontecer naturalmente, e o mesmo ocorre com o sucesso; vocês precisam deixá-lo acontecer não se preocupando com ele. Quero que vocês escutem o que sua consciência diz que devem fazer e coloquem-no em prática da melhor maneira possível. E então vocês verão que a longo prazo

*— estou dizendo: a longo prazo! — o sucesso vai persegui-los, precisamente porque vocês esqueceram de pensar nele*²⁰.

Para além dos temas relativos à disciplina, sentia progressivamente a necessidade de problematizar o lugar da felicidade naquelas trajetórias formativas e no solo daquela pós-graduação (ver o capítulo onze). Uma felicidade localizada que pudesse ser gerada internamente e vivida institucionalmente à medida que fosse possibilitada a dedicação a projetos formativos que, ao serem reunidos, podem atravessar as individualidades mesmo quando não se apercebe disso.

Se a felicidade poderia (ou deveria) acontecer também ali, por que o sofrimento encontra mais espaço do que ela? Um sofrimento incorporado além das condições materiais das existências, um estado de espírito, uma atitude contrária à realização de propósitos.

²⁰ Frankl (2021, p. 10).

parte 3 - temas de base

7. um objeto pra chamar de seu

A construção do objeto — pelo menos na minha experiência de investigador — não é uma coisa que se produza de uma assentada, por uma espécie de ato teórico inaugural, e o programa de observações ou de análises por meio do qual tal operação se efetua não é um plano que se desenhe antecipadamente, à maneira de um engenheiro: é um trabalho de grande fôlego, que se realiza pouco a pouco, por retoques sucessivos, por toda uma série de correções e emendas, sugeridas pelo que se chama de o ofício, quer dizer, esse conjunto de princípios práticos que orientam as opções ao mesmo tempo minúsculas e decisivas.

Pierre Bourdieu em *O poder simbólico*

Como são problematizadas as inquietações que movem uma autoria e como elas são elaboradas em termos retóricos e argumentativos, quer estejam ainda em estado nascente e projetivo, ou ao final de um estudo de anos, em tese, com caráter conclusivo?

Muito embora as últimas décadas tenham sido pródigas em manuais de diversas fragrâncias para elaboração de projetos e das próprias dissertações e teses, sigo indicando aquele que muito me ajudou quando iniciei o meu doutoramento: o livro *Como se faz uma tese*, de Umberto Eco. As razões são simples. O texto é divertido, foca na lógica de organização de um trabalho dessa natureza e, como foi escrito nos tempos das fichas de leituras feitas à mão — sua primeira edição italiana foi de 1977 —, deixa muita margem para que os mais jovens criem suas próprias lógicas de organização, ficando ao arbítrio e às

possibilidades de cada um recorrer mais ou menos às ferramentas mais tentadoras hoje disponíveis.

Por outro lado, para que não me vejam como avesso ao novo milênio, também costumo indicar o “Breve roteiro para redação de um projeto de pesquisa”, de Jairo Nicolau, publicado em 2013 na *Revista Estudos Políticos*. Didático e objetivo, o texto é bem sistemático e oferece de forma sintética algumas dicas capitais para estruturar um projeto ainda antes do nosso tempo, no qual ele pode ser encomendado via prompts ao ChatGPT ou aos seus concorrentes.

Todavia, independentemente de em qual século ou com quais ferramentas estejamos nos organizando, acredito, assim como Pierre Bourdieu, que o cerne de um projeto, dissertação ou tese em Humanidades esteja no que chamamos de objeto de pesquisa, em como ele se insinua (no caso de um projeto) ou como se revela construído e às quais interpretações serve (no caso de trabalhos de conclusão de cursos de pós).

O que mais busco quando avalio projetos em processos seletivos de ingresso ou em dissertações/teses em bancas ou comissões é a elaboração própria da candidatura, ou seja, em que medida há ou não ali, mesmo que incipiente, a construção de um objeto de pesquisa. Como a parafernália tecnológica de hoje fornece uma penca de recursos para auxiliar a organização desse tipo de trabalho — e, por isso, vocês irão recorrer à vasta oferta aos seus modos —, entendo que posso melhor contribuir com suas trajetórias formativas falando sobre aquilo que somente cada individualidade poderá criar pra chamar de seu.

Para isso, recupero algumas palavras de Renato Ortiz em seu livro *Sobre o trabalho intelectual*:

*Dizer que o artesanato é uma prática nos aproxima de um tema-chave nas Ciências Sociais: a construção do objeto de pesquisa. Gostaria de explorar a relação entre eles. Contrariamente a um certo realismo ingênuo, as Ciências Sociais não reproduzem o real como se a imagem verdadeira dos fenômenos sociais pudesse ser refletida no espelho. Pelo contrário, trata-se de uma explicação, elas pertencem ao domínio interpretativo. É necessário elaborar um tipo de artefato que seja capaz de dar conta de traços da realidade, ou seja, torná-la inteligível através de um artifício. Para isso, é preciso selecionar os fatos, descartar alguns, escolher outros, hierarquizá-los, enfim, ordená-los dentro de uma linha de argumentação previamente estabelecida. Somente dessa forma é possível dar sentido ao que é analisado*²¹.

Entendendo serem as ciências sociais um tipo de prática na qual a oposição entre trabalho manual e intelectual não se mostra satisfatória para melhor caracterizá-la, seguiu ele:

Costumo dizer que o ofício intelectual pode ser comparado à costura. Costurar requer uma certa habilidade que se adquire com a prática. Por isso a expressão ‘costurar ideias’ revela algo intrínseco à sua natureza. Diz-se que um texto está ‘desalinhavado’ da mesma maneira que nos referimos a uma roupa mal ajustada. A costura do objeto é o resultado de um emaranhado de fios, fruto da pesquisa de cada um; o pesquisador tem à sua disposição um conjunto de informações que precisam ser articuladas (uma das argúcias de toda pesquisa é abrir mão dos dados interessantes mas impertinentes para o projeto a ser desenvolvido). Posso tecer com poucos fios, o artigo final será provavelmente monocromático. Quando junto cores e granulações diferentes, altero o seu matiz. O entrelaçamento dos fios dos novelos compõe o produto final. O objeto sociológico é feito

²¹ Ortiz (2021, p. 68-9). As citações seguintes, em itálico, são referentes à p. 74 do mesmo trabalho.

pedaço a pedaço, trata-se de uma composição, daí advém sua dimensão artesanal.

A questão que então parece se colocar é: como podemos aprender e praticar um ofício de tal natureza em meio às desmedidas especializações das Humanidades e às desumanidades do nosso presente? O engajamento íntimo no enfrentamento de inquietações e em suas elaborações como algo a ser melhor estudado e compreendido pode ser um caminho? Sigo acreditando que aí pode estar o cerne da coisa.

Vou me servir da criação criteriosa materializada na tese-livro *A invenção do Nordeste e outras artes*, do historiador Durval Muniz de Albuquerque Júnior, como “exemplo não exemplar”, um caso no qual um historiador construiu, com argúcia e vísceras, um objeto pra chamar de seu. A tese foi defendida em 1994 na Universidade de Campinas (Unicamp) e teve a primeira edição de sua versão resumida publicada em livro em 1999 pela Editora Massangana, da Fundação Joaquim Nabuco (Fundaj). As edições seguintes saíram pela Editora Cortez; o meu exemplar é da sétima reimpressão da 5ª edição de 2011.

Assim começa o seu prefácio:

Até meados da década de 1910, o Nordeste não existia. Ninguém pensava em Nordeste, os nordestinos não eram percebidos, nem criticados como uma gente de baixa estatura, diferente e mal adaptada. Aliás, não existiam. As elites locais não solicitavam, em nome dele, verbas ao Governo Federal para resolver o problema de falta de chuvas, da gente e do gado que morriam de fome e de sede, como registra Graciliano Ramos, em *Vidas Secas*, livro que se tornou filme famoso. Ademais, o problema mal era anunciado; era apenas vivido. Sem grande visi/dizibilidade.

É a esta difícil questão — a emergência do Nordeste — que este livro vem dar explicação. Vem contar, poética e cientificamente, como nasce esta vasta região ensolarada, cheia de vida, de calor humano e de musicalidade, espaço sociopolítico diferenciado e contrastante, carente, pesado, responsável pela existência de tantos problemas, misérias e conflitos. Não se trata, contudo, de um trabalho de geografia física ou de história econômica. Poderíamos dizer que o autor faz história sentimental, se o gênero existir e tiver estatuto científico. [...]

Portanto, é um livro de História duplamente pioneiro: de um lado, pelo tema que eleger que se anuncia pela primeira vez, que dá visibilidade à questão, que inaugura a problemática: a invenção do Nordeste. De outro, pelo modo de produção historiográfica que propõe²².

Já na introdução, Durval Muniz assim apresenta as suas questões de partida, aquela que chama de “grande questão”, e o seu propósito:

O que este livro interroga não é apenas porque o Nordeste e o nordestino são discriminados, marginalizados e estereotipados pela produção cultural do país e pelos habitantes de outras áreas, mas ele investiga por que há quase noventa anos dizemos que somos discriminados com tanta seriedade e indignação. Por que dizemos com exaltação e rancor que somos esquecidos, que somos menosprezados e vítimas da história do país? Que mecanismos de poder e saber nos incitam a colocarmo-nos sempre no lugar de vítimas, de colonizados, de miseráveis física e espiritualmente? Como, por meio de nossas práticas discursivas, reproduzimos um dispositivo de poder que nos reserva o lugar de pedintes lamurientos, produzimos e reproduzimos um saber em que sentimos prazer de dizer e mostrar que somos pobres coitados? Que masoquismo é esse que faz nos orgulharmos dessa discriminação, que faz aceitarmos felizes o lugar de derrotados, de vencidos? E, principalmente, o que leva uma classe dominante a se deleitar

²² Rago (2011, p. 13-7, grifos meus).

em afirmar sua impotência e se assumir como subordinada e dependente?
[...]

Mas a grande questão é: existe realmente este nós, esta identidade nordestina? Existe realmente esta nossa verdade, que os estereótipos do cabeça-chata, do baiano, do paraíba, do nordestino, buscam traduzir? O Nordeste existe como essa unidade e essa homogeneidade imagética e discursiva propalada pela mídia, e que incomoda a quem mora na própria região? Se existe, desde quando? O que faremos neste texto é a história da emergência de um objeto de saber e de um espaço de poder: a região Nordeste²³.

O seu objetivo é assim declarado na página seguinte: “entender alguns caminhos por meio dos quais se produziu, no âmbito da cultura brasileira, o Nordeste. O nexo de conhecimento e poder que cria o nordestino e, ao mesmo tempo, o oblitera como ser humano”. Em seu trabalho, as transformações históricas que possibilitaram a emergência da ideia de Nordeste seguiram em articulação com um regionalismo renovado, “não mais provinciano no campo político e pitoresco no campo artístico”. Tal ideia é interpretada por Durval Muniz como produto de um artifício culturalmente elaborado e utilizado para fins reacionários, um “engenho antimoderno”, como no título original da tese. Para ele:

O Nordeste é gestado e instituído na obra sociológica de Gilberto Freyre, nas obras de romancistas como José Américo de Almeida, José Lins do Rego, Rachel de Queiroz; na obra de pintores como Cícero Dias, Lula Cardoso Ayres. O Nordeste é gestado como o espaço da saudade dos tempos de glória, saudades do engenho, da sinhá, do sinhô, da Nega Fulô, do sertão e do sertanejo puro e natural, força telúrica da região.

²³ Albuquerque Jr. (2011, p. 30-32). As citações seguintes, em itálico, são referentes ao mesmo trabalho, p. 33, 46, 47 e 43, respectivamente.

Muito embora tenha em sua matriz discursos e imagens originadas na pintura, literatura, sociologia etc., tal ideia serve a interesses de grupos dominantes e de seus membros políticos, que jogaram e seguem jogando há décadas com o estereótipo para, por exemplo, a obtenção de recursos públicos em plano nacional. Por outro lado, as manifestações progressistas caem no mesmo ponto cego ao não conseguirem ir além das práticas discursivas e não discursivas vigentes:

Obras como as de Jorge Amado, Graciliano Ramos, Portinari, João Cabral de Melo Neto produzem Nordeste vistos pelo avesso, Nordeste como região de miséria e da injustiça social; o lócus da reação à transformação revolucionária da sociedade. [...] Estes Nordeste, construídos pelo avesso, ficam presos, no entanto, aos mesmos temas, imagens e enunciados consagrados e cristalizados pelos discursos tradicionalistas. [...] Estes 'revolucionários' ajudam os 'reacionários' a consagrarem uma dada imagem e um texto da região, que se impõem, até hoje, como verdade; uma visibilidade e uma dizibilidade das quais poucos, como os tropicalistas, conseguiram fugir.

Sempre que retomo o contato com esse texto, fico com a mesma sensação: como ninguém sacou isso antes? Estava embaixo de tantos narizes! A ideia de identidade nordestina foi sendo forjada a reboque da necessidade de uma identidade brasileira, em meados do século passado, em complemento e contraste relacional com a construção da ideologia do nacionalismo. Não por coincidência, Gilberto Freyre é um dos artífices tanto do projeto de identidade para o país quanto é apontado pelo autor como um dos principais responsáveis pela invenção do imaginário social da região, podendo o seu livro *Nordeste*, primeira edição de 1937, ser apontado como um marco nesse sentido.

Já se vão mais de trinta anos da tese original e ela ainda é capaz de nos inquietar, nos colocar para pensar sobre o objeto ao qual o autor deu contornos tão seus, uma vez que é filho dessa tensão e do encontro entre uma mãe de São Paulo e um pai nordestino. Eis as origens que alimentaram sua paixão, sua argúcia e suas vísceras temáticas.

Considerando que os elementos constitutivos de uma pretensa e homogênea “identidade nordestina” foram forjados ao longo das décadas do século passado — nos termos da dizibilidade e visibilidade desvelados por Durval Muniz, ao manejar instrumentos teóricos de Michel Foucault —, ou seja, uma produção muito recente na perspectiva temporal da história, por que os nordestinos se reconhecem e se arvoram em defesa de suas virtudes singulares em contraposição ao estereótipo do atraso que representam quando comparados com o “sul” do país? Uma resposta razoável e com sentido a esta pergunta se torna ainda mais difícil se consideramos a diversidade geoclimática, cultural e histórica da região entre seus litorais, zonas da mata, agrestes, sertões e o Meio-Norte — parcialmente integrante da Amazônia legal —, como o autor bem pondera em suas conclusões.

A engenhosidade de construir o imaginário social historicamente conformado do Nordeste como objeto de pesquisa por meio de um modo autoral de produção de conhecimento permitiu a Durval Muniz também chegar a outras interpretações e conclusões próprias e singulares ao seu trabalho, imprimindo nele uma originalidade que decorre desse processo de feitura artesanal do artifício, o objeto, que o permitiu estudar o fenômeno ao qual se dedicou.

É interessante ainda registrar que ele se serve, como Renato Ortiz, da metáfora da costura para dizer o seu ofício: *“A história aqui tecida, como uma renda, é feita de fios, nós, laçadas, mas também de lacunas, de buracos, que, no entanto, fazem parte do próprio desenho, são partes da*

própria trama". Mesmo procurando tratar o trabalho de Durval Muniz como um "exemplo não exemplar", preciso dizer com franqueza que ele é o que mais me impressionou dentre tantas teses brasileiras publicadas como livro que tive acesso até hoje.

Como ensinou Pierre Bourdieu, um objeto de pesquisa não se constrói em uma sentada; ele demanda por esboços, conjecturas, idas e vindas guiadas por uma atitude reflexiva, o que implica em um processo que pode vir a ser de riqueza singular em termos autoformativos. Não é nada fácil de ser vivido; diria até cada vez mais difícil em nosso espaço-tempo, mas é por meio dele que se evolui e modificamos a nós mesmos ao seguir em frente estudando o que elaboramos.

Mesmo neste novo milênio — contra uma tonelada de evidências contrárias que podem ser obtidas no que se chama de *global e/ou fast science* —, sigo com ele, acreditando que: *“o que conta, na realidade, é a construção do objeto, a eficácia de um método de pensar nunca se manifesta tão bem como na sua capacidade de constituir objetos socialmente insignificantes em objetos científicos ou, o que é o mesmo, na sua capacidade de reconstruir cientificamente os grandes objetos socialmente importantes, apreendendo-os de um ângulo imprevisto”*²⁴.

Com suas forças e fraquezas, seus arroubos e transgressões, suas convicções e dúvidas, impondo a autoridade de seu argumento aos narizes torcidos que devem ter aparecido em sua frente, Durval Muniz apreendeu o imaginário nordestino “de um ângulo imprevisto” e, assim, inventou um Nordeste para chamar de seu. Muito embora sua conexão pessoal com o seu objeto tenha, sem dúvidas, lhe proporcionado combustível genuíno ao seu projeto, também acredito que seja possível estabelecer vínculos de pertencas e se deixar tomar por outros objetos

²⁴ Bourdieu (1989, p. 20).

com os quais não temos um ponto de partida biográfico comum tal qual o tinha Durval. Afinal, sua engenhosa arte, historiografia e/ou “história sentimental” tem a potência de seguir inspirando, provocando e desafiando quem se inquieta com essas coisas da condição humana, de gente que vive em sociedade.

8. escrita por inteiro

A escrita acadêmica em Humanidades ocupa lugar singular quando comparada com as demais áreas do conhecimento. Enquanto no que costumamos denominar de Ciências Exatas e da Saúde a demanda por máxima objetividade e precisão de linguagem se mostra um imperativo linguístico e textual que, em tese, deve mover quem se dispõe a escrever sobre seus temas, por aqui, há mais possibilidades de criação, margens, brechas, caminhos alternativos, transgressões, metáforas, novas terminologias e até mesmo movimentos de experimentalismo textual que ensaios como esses, reunidos em *Partilhas pra quem chega*, nos permitem. Obviamente, tudo isso com atenção à necessária criação criteriosa sem se distanciar da razoabilidade e da justificação, afinal, não estamos em uma “terra sem lei”.

Não sei muito como funciona em outras áreas, mas, na sociologia, não se costuma problematizar nossas práticas de escrita sobre o mundo social. Chega a ser até um tanto surreal que tal atividade — que demanda a incorporação de diversas competências e atitudes reflexivas para ser praticada com consciência em meio acadêmico — não seja uma disciplina institucionalizada e ensinada nesse nível formativo. Talvez tenha até um tanto de ingenuidade em esperar que quem chega ao solo da pós-graduação naturalmente saiba desempenhá-la com desenvoltura.

O cerne da questão passa por aí, pela naturalização de algo que sabemos não ser devidamente ensinado, e, mesmo que fosse, demandaria por prática frequente para se manter como disposição viva em cada um de nós, isso sem entrar em aspectos decisivos, como

heranças e condições de classe, gênero e raça, dentre outros socioculturais e políticos que tanto Robson Cruz abordou em seu livro, *O mal-estar na escrita acadêmica*, quanto repercuti no ensaio breve sobre ele, *Um mal-estar também nosso? A escrita sobre o mundo social como problema*.

Acredito piamente que a nossa escrita na academia também seja uma prática social não somente racional-realista ou sensível-romântica, mas, sim, algo a ser vivido por inteiro, com afetações, razões, atravessamentos, intuições, lógicas, trabalho, pausas, cansaços, energia, inspirações, transpirações, alegrias, tristezas, rotinas, vitórias, refugos, bloqueios, excitações, frustrações, soluções e realizações. É coisa de gente, ser vivente que ri, chora, pensa, sente e elabora em meio a turbilhões. Trata-se, ao menos a partir de minha experiência, de uma prática integral e cotidiana da qual se pode tirar melhores proveitos quando acontece com inteireza.

Mesmo que de forma mais intensa em alguns períodos e em outros menos, como se desenvolver nesse quesito importante em trajetórias formativas na pós sem intimidade com o hábito e a reflexão autocrítica sobre a escrita? Lamento que muitos hoje em dia estejam relativizando a sua importância em decorrência do que se segue chamando de inteligência artificial e do que se obtém “pronto” por meio dela, afinal, ao menos parte de nós pensamos por escrito. De todo modo, tendo ciência ou não, cada um(a) tem o livre-arbítrio de escolher e utilizar as ferramentas que, em cada entendimento, melhor apoiem seu trabalho. O perigo não está na ferramenta em si, mas, sim, em deixar qualquer criação comandar quem nasceu para ser criador(a).

Acredito que temos muito o que aprender, por exemplo, com o modo como os escritores de ficção lidam com a escrita. Com isso, de forma alguma digo que escrever ficção seja a mesma coisa que nossa

escrita acadêmica; são gêneros diferentes como diversos outros. Todavia, estamos falando de algo que atende pela mesma denominação: “escrita”, e, como toda prática, é possível melhor se entender com ela por meio da escuta atenta de experiências alheias mais ou menos próximas às nossas.

Vejamos, por exemplo, o que nos diz o escritor Sérgio Rodrigues em seu recente livro *Escrever é humano*:

Este livro não existiria se eu não tivesse concluído que, sendo único o caminho de cada pessoa no mundo das letras, o relato sincero da minha própria experiência — aqui e ali à beira do sincericídio — é o que de mais honesto eu poderia oferecer. Desse modo, o que devia ser guia, palavrinha enganadora, ficou mais parecido com uma coleção de ensaios pontuados por toques autobiográficos, memórias de um percurso profissional de erros e acertos. [...]

Do autoconhecimento textual vem o poder de contornar nossos pontos fracos, acessar reservas de energia vital, abrir caminhos sustentáveis, modular expectativas, fundir armaduras, desfazer autoenganos, desarmar arapucas. Atos silenciosos, cotidianos e nada heroicos sem os quais, como diria Nelson Rodrigues, não se consegue nem chupar um Chicabon. É nesse terreno cotidiano e turvo do existir, do estar no mundo e escrever, mais até do que no lado técnico do ofício, que costuma deitar raízes a diferença entre fracasso e sucesso²⁵.

Ao terminar de ler o livro, me indaguei novamente: o quanto teríamos a aprender com ele? Ou essa fronteira imaginada e erguida em nós entre academia e literatura nos impede de aprender com os profissionais do ramo? Afinal, quer queiramos, quer não, o ato de escrever nos une. Estamos falando de uma mesma prática que, em um

²⁵ Rodrigues (2025, p. 13 e 63).

caso, é adjetivada de ficcional e, noutro, de sociológica. Por lógica, ambas produzem um resultado comum: um texto; todavia, enquanto a primeira se reconhece como literatura ficcional, a segunda pode ser denominada de literatura sociológica, ou seja, guardadas as diferenças e semelhanças entre a ficção e o mundo social, estamos falando de experiências humanas, escrituras e literaturas. Talvez alguns entre nós até pensem que o volume de parecenças e diferenças entre dois distintos gêneros poderá depender um tanto do estilo de quem escreve quanto dos olhos de quem lê. Muita calma nesta hora, foi só uma provocação.

Um exemplo: no primeiro ensaio, “Viva a literatura, morra o clichê!”, quando Sérgio fala do problema que os clichês representam para a produção de literatura inovadora, não seriam também os “clichês sociológicos” um problema para interpretações inovadoras sobre o mundo social? Clichê por clichê, ele não seria mais um obstáculo comum entre as literaturas ficcional e sociológica?

E como uma pergunta pode levar a outras: seria possível registrar em texto interpretações consistentes sobre os mundos sociais que habitamos e que nos habitam sem necessariamente sucumbir aos jargões sociológicos? Podem outras literaturas nos inspirar nesse sentido? Criar metáforas para versar sobre contextos sociais específicos pode ser um caminho frutífero para fazer avançar pesquisas? Para que o papel da sociologia possa se efetivar em nosso espaço-tempo, considerando que o texto escrito é um produto indissociável de nosso trabalho, que tipo de literatura sobre o mundo social devemos e podemos elaborar? Quais caminhos podem ser hoje mais efetivos e necessários nesse sentido? Seria a autocrítica, como prática mais corriqueira entre nós, um ponto razoável de partida? O que pode se destinar a muitos, ao público em geral, é a literatura que se produz sobre o mundo social, e não a que se pratica de sociólogo para sociólogo. É

preciso, então, entender e ensinar aquela e não apenas a comunicação disciplinar entre pares.

Quais e quantos cientistas sociais que atuaram ou seguem atuantes na área no Brasil, em algum momento de suas carreiras, escreveram uma autocrítica sobre sua escrita ou, de modo ampliado, em Humanidades, sobre a escrita em sua área? E, em especial, na sociologia, quais autorias conhecemos que tenham feito e deixado registrado tal autoanálise individual ou coletiva? Será que, ao longo da história das ciências sociais no país, em algum momento, por algumas autorias, a escrita sobre o mundo social foi pensada também como um fim em si mesma e não apenas como meio para a transmissão de teses?

Aos meus olhos, parece ser cada vez mais preciso reconhecer o papel social da escrita acadêmica, da sua feitura e do seu sentido para quem escreve e para quem ela se destina. Ela pode ser pensada para leitores-destinatários mais amplos ou deve seguir fixa na orientação, na banca e nos pares? Pode se transformar em um tipo de escrita que possibilita outras interlocuções? Acredito que, de um objeto pra chamar de seu, podemos partir para uma escrita acadêmica a ser cada vez mais chamada de nossa, humana e em sociedade periférica.

Outro aspecto sobre o qual a leitura de *Escrever é humano* pode nos fazer pensar é em relação ao ritmo e à cadência textual, afinal, para seu autor: *“O ritmo é a espinha dorsal de um texto ficcional (e de todo texto literário, na verdade), aquilo que cumpre no plano das palavras o papel que a trama desempenha no da história [...]”. A variante rítmica da literatura é no mínimo tão grande quanto a da música. Como todos os seus outros elementos, o pulso da prosa está subordinado a cada história*”²⁶.

²⁶ Rodrigues (2025, p. 131).

Teses e dissertações também podem contar histórias de estudos em ritmo e cadência próprios enquanto bibliografia, empiria, teoria e argumentos são harmonizados. A problematização da escrita acadêmica-profissional em perspectiva comparada permite que inspirações e reflexões sobre uma prática que também é nossa sejam buscadas para além das fronteiras disciplinares, afinal, repito: não se tem a pretensão de afirmar que um tipo de escrita deve ser visto ou tratado como outros, mas apenas que os desafios, os dilemas e os aprendizados da prática de um deles pode inspirar quem pratica outros. É só isso.

Dentre tantos recortes temáticos possíveis, gostaria de realçar a dimensão psicológica e processual da escrita: o se preparar e o seguir inteiro em seus atos. De modo geral, o foco da escrita em nossa formação e prática acadêmicas se volta para a avaliação, o produto a receber uma nota ou um veredito final. Muitos de nós não atentamos ao seu caráter processual e como ela pode nos servir para fazer avançar em entendimentos e ideias sobre nossos temas de interesse. A escrita como processo tem papel crucial nos registros de possíveis avanços, recuos, mudanças de rota, revisões e ajustes de propósitos; trata-se da memória dos passos dados, das decisões tomadas, de como e quando se evolui em uma trajetória de pesquisa. De uma escrita assim bem nutrida e vivida podem surgir dissertações e teses bem-ditas, refletidas, redigidas com a maturidade de quem seguiu se organizando e registrando isso por escrito ao longo de anos.

O registro organizado da memória e do progresso das ideias e do trabalho em si é ferramenta praticamente indispensável a quem se destina a bem percorrer trajetórias formativas em solos de pós, sobretudo em Humanidades. Aos meus olhos, no Brasil, quem mais tem se empenhado em estudar e fornecer suporte para avanços nesse

sentido é Robson Cruz. Sugiro, em especial, seu último livro *Como os intelectuais escrevem: teoria e prática da escrita de notas*.

Mas afinal, o que pode ser escrever e, assim, se sentir inteiro? Isso demanda por uma percepção interior, por viver bem os processos da escrita e se reconhecer por escrito. É botar para fora o resultado de um ato individual fruto de estudo, de preparação para tal, mas que se torna social por meio de sua alteridade. Mas como encontrar este “ser por inteiro” na escrita acadêmica tão fragmentada entre referências, métodos, prazos, jargões, cânone e demais pressões? Essa é uma pergunta sem fácil resposta e que precisa de tempo, reflexão e elaboração própria individualizada. A pretensão aqui foi explicitar o problema a ser reconhecido como tal, o primeiro passo para que possa ser enfrentado intimamente por cada um(a). O que procurei demonstrar é que nossos colegas escritores podem ser fonte inspiradora para autoaprimoramentos e elaborações de estratégias de um convívio mais harmonioso e sincrônico com a prática cotidiana da escrita. Assim como Zygmunt Bauman e Riccardo Mazzeo, no livro *O elogio da literatura*, também acredito que:

Escritores de romances e escritores de textos sociológicos podem explorar este mundo a partir de perspectivas diferentes, buscando e produzindo tipos diferentes de ‘dados’ — não obstante, seus produtos ostentam indiscutivelmente marcas de origem compartilhada. Eles alimentam um ao outro e dependem um do outro em sua agenda [...]. Somente juntos eles podem se elevar à altura da tarefa desafiadora de deslindar e desnudar o enredamento complexo entre biografia e história, bem como entre indivíduo e sociedade: essa totalidade que nós moldamos diariamente ao mesmo tempo que somos moldados por ela²⁷.

²⁷ Bauman & Mazzeo (2020, p. 15).

9. um ponto de vista de quem avalia

Avaliar é uma das atividades mais delicadas do ofício docente. Não se trata apenas do difícil exercício de emitir veredito acerca de um trabalho que, em tese, resulta de um percurso de aprendizagem, mas também de conviver com o “juiz interno” que sentencia quem tem por função avaliar as produções de outros e aprovar ou não a concessão de uma titulação. Nessa seara, procuro ser o mais criterioso possível por conhecer bem o avaliador que me habita e saber que ele é bastante rigoroso comigo.

Entre 2020 e 2024, participei de cinco das dez comissões para avaliação de dissertações ou teses da pós à qual sigo vinculado com a finalidade de selecionar aquelas que seriam indicadas para concorrer aos prêmios nacionais da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (Capes) e/ou da Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Ciências Sociais (Anpocs). Em nosso caso, cada docente pode indicar à comissão apenas uma dissertação e uma tese por ano, ou seja, pude avaliar regularmente trabalhos de conclusão reconhecidos pelos pares como os melhores dentre os que orientaram em cada ano.

Geralmente, a primeira coisa que faço quando recebo um trabalho a ser avaliado é (re)ler seu título com calma e contemplar, quase que meditar sobre o seu sumário. Para mim, título e sumário são incontornáveis e precisam ser objeto de reflexão, não somente de leitura. Perante ambos, antes e depois da leitura do trabalho, invariavelmente me ponho perguntas como as seguintes: o título tem propriedade para indicar o que virá adiante? Inscreve e apresenta o

mote do trabalho? O sumário oferece um mapa do conteúdo e de suas partes? Ajuda quem o lê a construir uma visão do todo e a se dirigir a partes específicas de seu maior interesse? Se somente pudesse ler o título e o sumário, me seria possível ter uma noção do todo? Entendo que muitos colegas procurem algo parecido com isso no resumo; é razoável. Também procuro observá-lo com espírito semelhante, mas, por conhecer o modo como geralmente eram feitos — ao menos antes de se poder terceirizar sua confecção para as ferramentas mais contemporâneas —, prefiro dar mais atenção ao título e ao sumário.

Geralmente, começo a leitura pela introdução. Para ela, costumo levar comigo perguntas similares às anteriores. Quando termino, volto ao sumário para escolher o capítulo que acredito ter mais proximidade para melhor avaliar ou então o(s) capítulo(s) que considero o(s) principal(is).

Com a leitura da introdução e da parte escolhida, formo uma primeira opinião sobre o trabalho e sua redação pensando bastante em termos comparativos com minhas experiências prévias e com a “média esperada” de um trabalho daquela natureza; então, parto para a leitura corrida dos demais capítulos. Meu olhar busca identificar, por meio do texto, se sua autoria desenvolveu, ao longo da feitura, as competências condizentes com o título que pleiteia, se elaborou e deu conta de um objeto sociológico, se cuidou bem das amarrações retóricas e estruturais do texto, se ele se sustenta por si só, ou seja, se está estabelecido como uma peça de argumentação coesa, sem lacunas ou contradições substantivas.

Enquanto sigo avaliando a fluidez da redação, o cuidado da revisão e o conhecimento demonstrado sobre o assunto, também me preocupo um tanto em compreender o percurso em termos de método, se o modo como o estudo foi feito está bem explicitado, possibilitando que outrem

o avalie nesses termos. Reflito sobre a densidade das experiências teóricas, epistêmicas, metodológicas, empíricas e reflexivas que nutrem o trabalho bem como a pertinência das análises e interpretações nele inscritas e, assim, procuro formar um juízo de valor interno sobre o volume e a qualidade de trabalho humano empenhado para a confecção daquela dissertação ou tese. Tal juízo me permite avaliar se o texto condiz e atende ao mínimo requisitado e esperado para a obtenção do título pleiteado. A leitura das considerações finais me possibilita avaliar se há um “fecho”, ou seja, procuro analisar se ele tem começo, meio e fim próprios bem justificados e alinhados ao seu propósito declarado.

Ao me conduzir nas etapas anteriores, procuro e preciso situar cada texto entre três tendências: há fragilidades que impedem sua aprovação; há pontos a serem revistos que impedem uma aprovação incondicional; está na média ou acima dela; até poderia vir a ser aprimorado, mas também pode ser aprovado como está.

Entendo que seja importante sublinhar que há uma diferença entre os trabalhos que avaliei e aprovei e aqueles que conquistaram meu respeito acadêmico. Desses últimos, dificilmente me esqueço. Me sinto grato por tê-los avaliado, pois foram trabalhos nos quais vi um propósito pertinente e uma execução cuidadosa e honesta; valeu muito a pena tê-los lido. Acredito que uma dissertação ou tese pode revelar um tanto da construção e do empenho de quem a escreveu. Então, conseguir defender um trabalho que conquistou o respeito da banca e/ou de outros leitores-avaliadores que o leram depois é algo que vai bem além de obter um título; é alcançar o reconhecimento dos pares de que foi capaz de demonstrar o genuíno domínio do ofício e que, por isso, poderá seguir conduzindo pesquisas e adquirindo competências formativas a serem compartilhadas com estudantes menos experientes.

Em termos gerais e mais recorrentes, ao menos na sociologia, percebo ser mais frequente que dissertações e teses apresentem maior dedicação às revisões de literaturas temáticas, às referências e às correntes teóricas preferidas ou mesmo à demonstração do engajamento político da autoria do que aos cuidados com a explicitação do trabalho de pesquisa em suas dimensões éticas, epistêmicas, estratégicas e de método. Também sinto falta, em muitos trabalhos, de aprofundamentos analíticos, articulações e elaborações próprias a partir do tratamento de insumos (teoria, empiria etc.) ao que se propõe a dizer sobre o fenômeno estudado, mas, neste caso, o livro-tese de Durval Muniz, *A invenção do Nordeste e outras artes*, comentado no capítulo sete, serve como “exemplo não exemplar”.

Assim sendo, para dar seguimento ao nosso percurso nos termos possíveis deste ensaio, escolhi um trabalho no qual vi virtudes singulares, falo das soluções éticas, epistêmicas, estratégicas e de método no caso da dissertação *Entre o casulo e a borboleta: Olhares acerca da transfobia nas relações afetivas*, de Juciane de Gregori, defendida no PPGS da UFPB em 2019. Obviamente, essas não são suas únicas virtudes, muito menos o trabalho deve ser tomado como um “exemplo exemplar”. Prefiro dizê-lo como um caso sério e interessante, no qual se explicita conhecimento genuíno do ofício, que me permite tentar provocar outras reflexões.

O primeiro ponto que gostaria de reiterar aqui é a diferença em relação aos demais, ou seja, o caráter comparativo de avaliação. Isso é algo um tanto simples, quando o trabalho é colocado lado a lado com outras dissertações e teses suas virtudes se sobressaem. Outro ponto importante é demonstrar, pelo modo como se disse, ter ciência e domínio não somente de seu conteúdo, mas também da distinção entre ele e os demais já publicados. E, acreditem, quanto mais experiência se

adquire, melhor se pode perceber quando há mais propriedade ou superficialidade em um texto. Adentrar em determinadas questões de pesquisa é difícil; mais difícil ainda é demonstrar que fez isso sabendo o que fazia enquanto fazia. Um estudo bem concebido, bem orientado e amadurecido pode, assim, se revelar.

Recupero seus aspectos mais elementares, o recorte temático, a metáfora iluminadora, as questões de partida, a proposta analítica e o objetivo do trabalho pelas palavras da própria autora:

Essa pesquisa desenvolve-se ao encontro ao horizonte de pesquisas que atentam para a existência da violência no espaço doméstico e para transfobia que emerge no âmbito das relações afetivas intrafamiliares e amorosas de pessoas, em idade adulta, que são trans. [...]

Percebe-se que o âmago familiar, seja na relação com a família nuclear ou com vínculos de parentesco ampliados, são espaços nos quais os sujeitos em pauta nascem e desabrocham, de maneira metaforicamente semelhante ao processo de uma lagarta com seu casulo, onde ela se transforma em borboleta para poder voar. [...]

É uma seara que transborda diferentes provocações e indagações. Como ocorre a dinâmica social das violências transfóbicas no contexto das relações afetivas intrafamiliares e amorosas? Como se dá a construção social da identidade trans nesse contexto? A partir de que formas a violência da transfobia se manifesta nas relações afetivas de parentalidade e conjugalidade? Como a heteronormatividade está envolta na dimensão social dessas violências? Quais são as estratégias utilizadas pelas pessoas trans para enfrentamento da transfobia nas relações afetivas?

Essas são algumas das questões trilhadas nesse caminho que visa a analisar a dinâmica social das violências transfóbicas no contexto das relações afetivas intrafamiliares e amorosas. Através de um estudo valendo-se de observações diretas e participantes com pessoas trans da cidade de João Pessoa-PB, detêm-se como objetivo refletir sobre a

*construção social da identidade trans no contexto intrafamiliar e amoroso e, a partir disso, compreender a percepção das pessoas trans acerca das violências sofridas nesse âmbito, bem como das estratégias de ação para superar tais situações*²⁸.

As delicadezas que uma pesquisa de tal natureza teriam pela frente, em sua operacionalização empírica — ou seja, para ser feita junto ao público específico que se ansiava melhor conhecer —, se evidenciam logo de início, afinal, um desafio metodológico singular seria enfrentado. Pesquisa com gente que vive situações de violência e vulnerabilidades demanda por reflexões de cunho ético, epistêmico e metodológico que estão além do mero desenho de uma estratégia, da escolha das técnicas mais adequadas e do empenho na “coleta de dados”. Há uma série de cuidados e respeitos que todos os públicos pesquisados merecem, mas há casos como esse que demandam esforço máximo de quem pesquisa no sentido de encontrar soluções moralmente justas, cientificamente coerentes, efetivas, viáveis e menos intrusivas em vidas como as que interessavam ao estudo de Gregori.

A beleza, a leveza e a poética da metáfora iluminadora “entre o casulo e a borboleta” que, não somente intitula a dissertação, mas também desempenha papel estruturador em seus capítulos, já me permitiu perceber que havia, nessa autoria, uma argúcia sensível e um tanto de liberdade e ousadia para se dizer e dizer seus personagens em termos próprios, obviamente se nutrindo de aportes teóricos, porém produzidos por meio de criação de linguagem metafórica.

Todavia, não é somente com argúcia sensível, liberdade e ousadia que se coloca e se mantém de pé uma dissertação. Nesse e em muitos

²⁸ Gregori (2019, p. 12-4). As demais citações, em itálico, são referentes ao mesmo trabalho, p. 14, 32, 37, 38 e 39, respectivamente.

outros casos é preciso encontrar as melhores soluções de método possíveis sob a medida do fenômeno em questão. É justamente essa a virtude que mais me chamou atenção no trabalho. Afinal, ele se ergueu e se sustentou em decisões éticas e estratégicas bem como em procedimentos pertinentes, criativos e devidamente explicitados no texto de tal modo que quem avalia pode tomar conhecimento tanto dos princípios, dilemas e coerências de suas escolhas quanto do processo e da dinâmica executiva do trabalho de campo. Tais explicações são apresentadas das páginas 14 a 16 da introdução e detalhadas da página 31 a 39 de seu primeiro capítulo.

Dito isso, cabe pinçar, do seu relato, pontos que justificam minha visão de que suas soluções supramencionadas constituem virtude singular da dissertação. Primeiro, a escolha do campo e o modo de se chegar ao seu cotidiano, o relato dos cuidados, respeitos e escutas da autora ao se inserir no Centro Estadual de Referência dos direitos de lésbicas, gays, bissexuais e transgêneros (LGBT+) e enfrentamento à homofobia da Paraíba (Espaço LGBT+), organismo público criado para *“promoção e garantia de cidadania e direitos humanos, oferece atendimento psicossocial e jurídico, além de outras atividades que visam ao enfrentamento à transfobia e combate às demais discriminações motivadas por gênero e orientação sexual”*, foram explicitados com transparência ética e precisão descritiva que conferem credibilidade tanto ao que se escreveu quanto à experiência vivida, que serve de lastro para a confecção do texto.

Indo além, se procurou proceder considerando as opiniões das pessoas pesquisadas sobre os melhores modos de interação, com elas acordando e construindo os movimentos de campo e priorizando interações de trocas de experiências em grupo como sinalizado por elas. Tudo isso com cuidado em recorrer a procedimentos menos invasivos e

objetificantes e mais integrativos e empáticos ao público de interesse. Por exemplo, *“em todas as ações propostas, não eram utilizados recursos da escrita ou leitura, garantindo que nenhuma das pessoas presentes seria constrangida ou inferiorizada por não dominar tais formações”*. O descarte da opção de entrevistas individuais semiestruturadas também se deu em decorrência de cuidados nesse sentido.

Segundo ponto: a estratégia, o método e as técnicas decorreram de observações preliminares, inserção no local, entendimento de sua dinâmica, dos dramas e das demandas do público atendido, dos espaços dialógicos internos e das interações já existentes. Uma vez feito tal mapeamento e refletido sobre ele, se chegou dialogicamente às soluções investigativas sob medida local. Assim, se optou pela observação participante, promovendo e tomando parte de rodas de conversa e em eventos, e pela realização de entrevistas informais a partir do consentimento de algumas pessoas com as quais se construiu relação de confiança. Em suas palavras:

Assim, considerando a tamanha objetificação em que as pessoas trans são submetidas e suas resistências para não virar novamente um mero objeto de estudo, buscou-se na negociação, edificar uma pesquisa participativa, dialógica, horizontal, com princípios que também expressam sobre o momento político atual, que tem respaldado e demandado caminhos dissidentes para fazer pesquisa.

Terceiro: o modo como se disse o que se fez. O relato é consciente, consistente e transparece um tanto do vivido na pesquisa, ou seja, conecta, do melhor modo possível, quem avalia com a experiência do campo. Os passos dados são recuperados e as motivações e decisões tomadas são explicitadas tal qual o trabalho empírico, tudo isso sem

recorrer a citações desnecessárias de manuais de metodologia para legitimar suas escolhas e práticas.

Quarto: o relato explicita maturidade reflexiva investigativa, quer seja no que se refere às questões políticas, éticas e socioculturais que envolvem e condicionam as pessoas trans e quem se insere em tal campo temático, quer seja em relação à necessidade de abrir frentes alternativas na prática empírica de pesquisa sociológica, assim demonstrando uma atitude reflexiva também em termos de modo de produção de conhecimento, algo que seria maravilhoso ver com mais frequência em uma área de conhecimento como a sociologia, afinal, como bem lembra Gregori:

Em síntese, os mesmos fatores teóricos, técnicos e metodológicos que convergem de maneira positiva ao encontro de atingir os objetivos do estudo, são também parte do problema a se resolver. Envolve escolhas e atuações que repercutem em um compromisso em um plano ético-político que jamais pode ser esquecido ou omitido. Nesse caso, o caminho das escolhas teóricas, metodológicas e técnicas, nas quais se centra fundamento ético, justifica-se pela demanda do tema social que, enquanto problema social real, constitui um problema sociológico onde o mais adequado, para desvelá-lo, é incorporar a densidade da experiência, ouvir, observar, questionar, entender, construir impressões. Enfim, constructos que só podem ser atingidos por um levantamento qualitativo.

Nas bases da metodologia de uma pesquisa que entrelaça problemas sociais e problemas sociológicos que são compartilhados coletivamente, deve haver uma adequação entre ideais técnicos e ideais éticos, que permitam o levantamento e acúmulo de dados, possibilitando o encontro da melhor forma de resolver os problemas abordados. Assim, frente às tecnologias sociais que buscam enquadrar sujeitos, identidades e corpos em normas de gênero, a pesquisa qualitativa se afigura como alternativa cabível. Principalmente, porque é um modelo profundamente voltado para

a dimensão da experiência, é sobre sentidos, sobre significados e, portanto, integra as técnicas e ferramentas pertinentes para alcançar a fluidez das respostas buscadas.

Por fim, é válido registrar que as soluções acima destacadas se integraram ao suporte teórico e à analítica dele decorrente, possibilitando a coerência interna e o atendimento aos propósitos do texto, o que entendo ser o mais relevante em termos avaliativos.

Como toda dissertação ou tese, também seria possível indicar algumas fragilidades e/ou pontos que poderiam ter sido melhor resolvidos, afinal, nenhum trabalho de conclusão de curso é perfeito; eles sempre podem ser vistos por olhos que enxergam alternativas ao que nele está posto. Todavia, lembro que este ensaio não se propõe a também ser um parecer avaliativo; se trata de um esforço em expor um ponto de vista de quem avalia.

Por fim, deixo como desafio a ingressantes na pós em Humanidades o exercício de se colocarem, com respeito e seriedade, na condição de quem se esforça para entender, identificar forças e fraquezas e, assim, avaliar outros trabalhos de conclusão. Afinal, diferente de docentes em tal condição, discentes têm o benefício de assim proceder apenas para aprender em sala de aula ou em conversas informais entre colegas. Aproveitem enquanto podem assim proceder; pode ser muito mais gostoso e autoformativo. Além disso, praticando essa atitude avaliativa, que também é reflexiva, é possível construir melhores entendimentos do jogo no qual se inserem.

10. sobre gêmeas siamesas

A certidão de nascimento de gêmeos é emitida individualmente para cada recém-nascido. Cada criança recebe seu próprio documento, com número de registro único, matrícula própria e informações distintas (como horário de nascimento). É obrigatório indicar a ordem de nascimento (primeiro, segundo etc.) e os horários de cada um. O documento deve mencionar a condição de gêmeos (nascimento múltiplo). A certidão geralmente inclui o nome e a matrícula do irmão gêmeo para interligar os registros. É obrigatório escolher nomes distintos para cada recém-nascido. Embora o parto seja único, o registro civil trata cada criança como um indivíduo com identidade única.

Visão geral da ferramenta Gemini

Quando falamos da relação entre sociologia e literatura, é razoável imaginar que, na certidão da primeira, conste que ela seja um dos ramos da família das ciências sociais, enquanto a segunda tenha parentesco amplamente reconhecido com as artes. Todavia, produções literárias também podem ser consideradas como modos de conhecimento sobre o mundo social? Algumas, inclusive, podem nos propiciar melhores interpretações sobre a vida humana em sociedade que relatórios de pesquisa sociológica?

Foi partindo de respostas positivas para questões como essas que o *agreste-pb: literaturas e pesquisas sociais periféricas*, grupo registrado na UFPB e no Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq) desde julho de 2024, direcionou seus interesses de pesquisa e extensão para os modos de dizer e escrever literaturas,

dentre elas a sociológica, que emergem do (e se referem ao) mundo social e versam sobre fenômenos que nele se dão. Seu objetivo principal é se constituir como um espaço de aprimoramentos e novas elaborações a partir de um modo de produção de conhecimento que foi praticado ao longo dos últimos anos, denominado de pesquisa social periférica, e que se deseja levar adiante em investigações e ações extensionistas direcionadas aos fenômenos da produção e publicação de textos²⁹.

O caráter fronteiroço de nossos interesses também se justifica por entendermos que ambos os campos, mesmo tendo certidões de nascimento e endereços diferentes, integram nossa cultura e podem ser vistos como manifestações de esforços de interpretação da condição humana em sociedade, quer seja ela objetivada ou imaginada. Afinal, somos nós mesmos que criamos literaturas sobre o mundo social e a partir dele, sejam elas sociológicas e/ou ficcionais.

Também encontramos esse modo de ver e lidar com sociologia e literatura no livro *O elogio da literatura*. Nele, Zygmunt Bauman e Riccardo Mazzeo buscam “argumentar e demonstrar que a literatura e a sociologia compartilham o campo que exploram, seu tema e seus tópicos — assim como (ao menos num grau substantivo) sua vocação e seu impacto social”³⁰. No primeiro dos capítulos, nos quais organizam as conversas que trocaram por meio de cartas sobre a relação entre as duas, assim o primeiro discorre em resposta ao segundo sobre tal fraternidade:

A interpretação é sempre um ato de reinterpretação; a reinterpretação é sempre uma cabeça de ponte para outra reinterpretação. O que nós

²⁹ Essas e outras informações sobre a proposta do grupo podem ser acessadas em nosso site (agreste-pb.org).

³⁰ Bauman & Mazzeo (2020, p. 9). A citação direta seguinte é das páginas 24 e 25, com grifos meus em negrito.

chamamos de ‘realidade’, tanto a priori quanto a posteriori, só é capaz de nos alcançar nos envoltórios de pré-interpretações. [...]

A experiência humana chega às mesas de trabalho de escritores e sociólogos igualmente sob forma pré-interpretada. Tanto a literatura quanto a sociologia são exercícios de hermenêutica secundária — reinterpretção do já interpretado. [...]

Elas são, sem dúvida, como você sugere, ‘duas irmãs’. Eu daria um passo a mais e sugeriria que **a literatura e a sociologia não são apenas irmãs comuns, mas gêmeas siamesas — gêmeas siamesas tais que, por compartilharem seus órgãos de alimentação e digestão, são cirurgicamente inseparáveis**. Como irmãs, nós nos inclinamos a nos engajar em rivalidades fraternais; como siamesas, contudo, nós somos obrigados a parar muito antes de separar nossos caminhos e estamos condenados a compartilhar os mesmos empreendimentos e a coordenar nossos movimentos.

Compartilhando nossas incumbências, não podemos evitar compartilhar também nossas preocupações, nem tampouco evitar sermos forçados a confrontar os mesmos problemas.

Os interesses do *agreste-pb* me impulsionaram a uma aproximação com tipos específicos de literaturas — em especial emergentes nessas primeiras décadas do século no Brasil — que seguem sendo adjetivadas como periféricas. Paridas principalmente em nossas periferias suburbanas, hoje se configuram como produções textuais nas quais são recorrentes a escrita de si e a autoficção como formas de composição das personagens. Foi assim que cheguei até a literatura de Lilia Guerra e ao seu livro *Perifobia*. Nele, é possível ler:

Trabalhava fazia quase dois anos naquela casa, aturando as porcarias do Maurício, a bagunça da Paulinha e as loucuras e mesquinharias dela [d. Celeste, a patroa]. Se eu quisesse comer, tinha que levar marmita. O que ela

reservava para o meu almoço não dava para alimentar um passarinho e nunca era a mesma comida servida para a família. Minha parte ficava numa vasilha sobre a pia, um bocadinho de arroz ou macarrão. Ela ainda bancava a generosa. Me mandava fritar um ovo ou ferver uma salsicha. Aquilo me emputecia. Ela escondia as carnes, massas e sobremesas na geladeira e nunca me oferecia um copo de suco, um pedaço de pão ou uma fruta. E olha que fazer faxina pesada dá uma fome de cachorro andarilho, daquele que fica dias sem engolir qualquer farisca. Por isso, desisti de aceitar o que ela me fornecia e passei a levar minha comida³¹.

A passagem acima não poderia ter sido tirada de um depoimento constante em uma dissertação ou tese sobre a condição da trabalhadora doméstica no Brasil da virada do século ou mesmo de hoje? No mundo da vida, aquele que existe para além dos muros da academia e de nossas divisões disciplinares, onde estaria a demarcação da fronteira entre a condição humana retratada por Lilia e a de milhões de trabalhadoras domésticas? Ambas não compõem um mesmo corpo social?

Segundo exemplo: na última edição do curso, que serviu de ponto de partida para a confecção desses ensaios, partilhei com a turma uma crônica de Martha Medeiros, intitulada “Pessoas habitadas”³². O texto parte de uma suposta conversa da autora com uma amiga, que se referiu a uma terceira pessoa: “Descreveu-a como sendo boa gente, esforçada, ótimo caráter. ‘Só tem um probleminha: não é habitada’. Rimos”. E assim seguiu discorrendo sobre o que pensa serem aquelas que identifica com o título e com a condição de estar habitada:

³¹ Guerra (2025, p. 11-2).

³² Medeiros (2007, p. 324-5).

São aquelas possuídas, de fato, por si mesmas, em diversas versões. Os habitados estão preenchidos de indagações, angústias, incertezas, mas não são menos felizes por causa disso. Não transformam suas ‘inadequações’ em doença, mas em força e curiosidade. Não recuam diante de encruzilhadas, não se amedrontam com transgressões, não adotam as opiniões dos outros para facilitar o diálogo. São pessoas que surpreendem com um gesto ou uma fala fora do script, sem nenhuma disposição para serem bonecos de ventríloquos. Ao contrário, encantam pela verdade pessoal que defendem. Além disso, mantêm com a solidão uma relação mais do que cordial. Então são as criaturas mais incríveis do universo? Não necessariamente.

Quando ingressamos em uma trajetória formativa de pós-graduação, do que ansiamos nos habitar? E, em relação ao tema de pesquisa e ao modo de fazê-la, não precisamos incorporar aprendizado e nos deixar, em maior ou menor medida, nos possuir por ele para que a coisa toda possa ser feita do melhor modo possível? Uma crônica curta pode inspirar a refletir sobre o que segue sendo vivido no solo da pós? Sobre o que é interessante buscar e permitir que nos habite e o que é tóxico, doentio ou que simplesmente não vale a pena? Enfim, quais saberes, condutas, práticas, competências, transgressões e disciplinas esperamos incorporar e seguir com elas depois de obter o diploma?

Terceiro exemplo: na edição de março de 2026 dos *Saraus do agreste-pb* tivemos a oportunidade de receber Mário Medeiros. Professor, sociólogo e escritor, perguntamos a ele sobre a relação entre a sua condição de pesquisador — que dedicou sua tese aos campos das literaturas negra e periférica — e a de escritor de contos. O que e como o pesquisador influencia o escritor e vice-versa? Assim respondeu ele:

Olha, todas as vezes que me perguntam isso, sempre procuro dizer que tentei separar, ao máximo, o sociólogo do escritor de contos. E isso é

verdade. Mas também é verdade que os dois convivem na mesma pessoa. E eu acho que tem algo em comum mesmo entre a condição de pesquisador e do escritor de literatura, de ficção, da forma breve, das formas curtas, que é o meu interesse pela observação do outro, pela observação das pessoas, a minha curiosidade inata.

Acho que é muito difícil ser um bom cientista social se você não for curioso e inquieto. A minha orientadora de tese, a professora Elide Rugai Bastos, ela sempre diz uma coisa que eu acho que é verdade. Se você resolveu fazer ciências sociais, entre outras coisas, é porque você tem inquietação, é incomodado com o mundo, é inquieto com ele. E se você não tiver inquietação e esse incômodo, você está no lugar errado, frase dela. Acho que todo pesquisador tem curiosidade, inquietação. O escritor também.

No meu caso, em particular, eu gosto muito de observar as pessoas, gosto muito de observar a cidade, gosto muito de observar o movimento das pessoas. É uma condição até indiscreta. Acho que essa condição indiscreta, também o cientista social deve ter. Você sempre fica com os ouvidos atentos, os olhos atentos, o nariz atento, a pele. Falar menos, olhar mais, escutar mais, sentir mais e falar o mínimo para que você possa perceber. Então, acho que esse é o ponto de conexão entre ambas as condições. Mas quando escrevo sociologia, estou trabalhando como sociólogo no nosso ofício. E quando estou criando ficção, é como escritor. Tento dividi-los bem³³.

É bastante compreensível que os praticantes distingam os tipos de escrita sociológica e literária. Elas são diferentes como irmãs ou gêmeas siamesas também o são, mas, quando nos voltamos para a atitude de escuta, observação e inquietação — que pode mover tanto sociólogos quanto escritores — e para a condição humana em sociedade como a origem comum da matéria da qual se nutrem, podemos perceber, com Bauman e Mazzeo, que “literatura e sociologia alimentam uma à outra.

³³ Entrevista realizada em 3 de março de 2026 e disponível no canal do YouTube @agreste-pb.

*Elas também cooperam ao esboçar os horizontes cognitivos uma da outra e ajudar a corrigir as confusões e os descuidos ocasionais uma da outra*³⁴.

Quando a sociologia surgiu e se projetou à condição de ciência, travou uma disputa com a literatura, ainda no século 19, pela legitimidade da narrativa sobre o social. Aos meus olhos, essa tensão segue — em maior ou menor medida a depender do ponto de vista — até hoje, afinal, se faz presente na disciplina o desafio de dizer sobre o social, de se dizer neste social, de elaborar linguagens compreensivas sobre ele. Todavia, em pleno novo milênio, assim se entenderam Bauman e Mazzeo:

Classificar e arquivar a literatura entre as artes, enquanto a sociologia luta energicamente — embora com sucesso incerto — para ser classificada e arquivada entre ciências é algo fadado a deixar uma marca profunda nas visões comuns de seu relacionamento recíproco — bem como nas prioridades de seus praticantes. Por essa razão, estabelecer fronteiras tem chamado mais atenção de ambos os lados da suposta divisão do que construir pontes e facilitar o trânsito transfronteiriço (o que, em nossa opinião, resulta para ambos os lados em muito mais prejuízo que benefício), embora a tarefa de controlar carteiras de identidade obrigatórias exija em geral incomparavelmente mais atenção e dedicação que emitir (uns raros) documentos de viagem. [...]

Romances e estudos sociológicos nascem da mesma curiosidade e têm propósitos cognitivos semelhantes, compartilhando o parentesco e ostentando uma aparência familiar indiscutível, palpável; elas observam os avanços uma da outra com uma mistura de admiração e ciúme camarada. Escritores de romances e de textos sociológicos exploram, em última análise, o mesmo solo: a vasta experiência de estar no mundo.

³⁴ Bauman & Mazzeo (2020, p. 10). A citação direta seguinte é das páginas 11 e 13.

A vida humana em sociedade — o tema de interesse de entendimento e de “escrita sobre” que partilhamos com parte da literatura não sociológica — é um desafio mais complexo do que o raciocínio sociológico pode dar conta. Há muito além das lógicas que conseguimos observar, interpretar e/ou discorrer sobre; há afetos, sentimentos, intuições, incompreensões, visões de mundo, reminiscências de ancestralidades, tensionamentos com o presente, enfim, há muito que não necessariamente conseguimos traduzir, recontar ou explicar por meio de nossos jargões.

Por um lado, precisamos conviver com isso e adotar uma atitude humilde perante o mundo social; por outro, precisamos, ao mesmo tempo, ter uma boa noção de que há possibilidades e serventias do que produzimos como conhecimento sobre ele, enfim, há sentidos socialmente válidos e dignos em nosso ofício. Logo, a formação pós-graduada em uma área como a sociologia precisa se entender com tais possibilidades e com seus limites, com a existência de dimensões plurais que constituem tais condições humanas que nos desafiam a mais estudar e melhor entender, estando nossos devires inseridos nelas em sentido ampliado, o que sempre nos cobra uma atitude reflexiva.

E você que não é da sociologia, reconhece alguma irmã gêmea ou siamesa de sua área de conhecimento? E quais são as primas de primeiro e de segundo grau, por exemplo? Já pensou sobre o que pode aprender ao melhor conviver com os parentescos disciplinares? Indo além deles, na história da humanidade há muita sabedoria acumulada e reconhecida com validade por quem dela se serve, mas que não foi gerada pela ciência de hoje, muito menos por uma de suas divisões que, por sua vez, sempre terão seus escopos, focos, especialidades, potencialidades, limites e idiossincrasias. O seu e o meu ramo disciplinar são apenas caminhos diferentes para que seja possível

conviver com (e usufruir de) mais conhecimento partilhado e incorporado. Afinal, o que mais desejamos que nos habite?

11. e essa tal felicidade... (fechamento)

“Viemos ao mundo para sermos felizes”, dizia ela. Minha avó viveu acreditando piamente que a felicidade é o propósito maior de nossas vidas. Dizia e praticava diariamente; era incansável nisso. Os desafios poderiam ser dos maiores, mas ela conseguia manter a altivez diante deles com um sorriso no rosto. É uma imagem guardada ao lado de outras recordações das mais preciosas.

Não estou começando por aí apenas para partilhar uma das heranças mais substantivas e determinantes de minha vida — ter sido neto de uma avó que praticava felicidade dia após dia —, mas, sim, para associar a ideia ou o seu ideal a uma persistência, um compromisso diário que se pode assumir ou não. Minha avó assumiu, e sua determinação nele era muito singular. Ainda não me vejo em condições de praticá-la como ela, mas sigo empenhado em vivê-la do melhor modo possível.

Lembro bem que, na última turma, quando pronunciei a expressão “felicidade sociológica”³⁵ pela primeira vez, ela ficou na cabeça de alguns estudantes. Um deles, um tanto incomodado, me perguntou: “Professor, onde isso existe? Quem vive?”. Hoje, pensando em retrospectiva, acredito que ele manifestou uma inquietação coletiva. Naquela aula, respondi de impulso, afirmando que estava vivendo ela naquele instante, em sala de aula. O afincamento no propósito formativo me permitia senti-la e praticá-la ao me esforçar para elaborar a melhor resposta que conseguisse para questão de tamanha delicadeza.

³⁵ Leitoras e leitores de outras áreas, sugiro que troquem o termo “sociológica” pelo equivalente para vocês e vejam se dá certo.

Obviamente, muito mais do que uma definição precisa e escolasticamente calculada, a expressão tem o mesmo sentido provocativo que me animou ao longo daquele curso. Acredito que o estado de espírito que procurava designar pode advir da prática persistente de atitude reflexiva e da convicção esperançosa em nossas capacidades de promover avanços autoformativos ao longo de cada trajetória. Felicidade acadêmica, sociológica ou não, pode ser vivida por quem segue firme no propósito formativo, por quem se mantém focado no que entendeu maduramente como mais importante, em atenção ao que escuta e com postura reflexiva sobre o que pensa e diz, enfim, por quem já conseguiu e/ou segue conseguindo problematizar e reconhecer riquezas nos obstáculos vividos. São coisas que somente podem ser entendidas e sentidas com forte investimento de tempo e de si. Infelizmente, cada vez menos vejo gente disposta a isso, afinal, as seduições do presente são por demais atraentes, consomem as atenções e as energias não somente das mais novas gerações.

Todavia, transgredir é seguir adiante acreditando nos potenciais das minorias. Quem tem consciência dos efeitos do contemporâneo na educação formal se resigna em trabalhar com foco em poucas outras pessoas que, por sua vez, podem impactar algumas outras. Isso é duro, porém honesto; desanimador, porém decente. Tanto vale para a felicidade sociológica quanto para suas congêneres.

Nos últimos tempos, sigo me perguntando: se o sofrimento parece certo quando se inicia um percurso na pós, por que a felicidade não? Não acredito haver romantização em problematizar isso; há, sim, uma convicção de que se trata de algo possível de ser vivido, sentido e praticado, tal qual o sofrimento, em travessias como uma formação pós-graduada.

Em cada trajetória na pós, cada pessoa pode prevenir adoecimentos quando reconhece, cria, se aprimora, se alimenta e convive com felicidades. Elas podem ser como um equipamento, um dispositivo para suportar a travessia. Felicidades não romantizam um possível caos; elas preparam nossas retinas para enxergar os ensinamentos do vivido no caos e podem servir como proteção contra a sofrência sistêmica, que persegue novos adeptos pelos corredores e tenta aprisioná-los. Assim que a reconhecer, fuja sempre que conseguir; depois de feito seu prisioneiro, pode ser mais difícil voltar ao melhor discernimento e retomar a liberdade, e ninguém merece viver anos nesse tipo de cativeiro. Elas também podem nos permitir sentir o prazer de criar e seguir nossos próprios deveres, afinal, há muita autonomia para se organizar e autodeterminar o que cada individualidade deve fazer por aqui.

Por outro lado, tenho visto, ouvido e convivido com estudantes muito enfadados. É certo que há brutezas no sistema de pós-graduação vigente e que não são poucas nem devem ser pormenorizadas. Já falei sobre como algumas delas atrapalham a manutenção do foco no mais importante, mas somente cada um pode se resolver internamente com elas, afinal, se tem propósito maior no qual persistirá, necessitará conviver com sabedoria e leveza com o que precisará ser superado.

O que não posso deixar de dizer é que, incorporando e superdimensionando o que vemos de negativo com afinco, não dá pra ser feliz em nenhuma circunstância, principalmente quando se distancia de um simples entendimento: cumprir com deveres e desafios autoimpostos pode gerar um sentimento profundo e prazeroso de tarefa executada, de missão cumprida. O prazer de cumprir seus próprios deveres precisa e pode mais habitar o cotidiano das rotinas e disciplinas de quem atravessa uma pós-graduação em Humanidades.

Não se ignora as turbulências, os enfrentamentos e as dificuldades das mais diversas. Sabemos como tudo isso pode gerar, em nós, instabilidades, desequilíbrios e travamentos, mas eles sempre podem adquirir um propósito: repensar, realinhar e transpor obstáculos próprios que nos habitam, mas que não precisam ser transformados em mais um enfado. Este tende a paralisar a atitude reflexiva e o processo autoformativo, comprometendo a percepção sobre a experiência vivida e a observação de seus efeitos em quem deveras os vive. Passar pelos desassossegos mantendo a felicidade em horizonte próximo é se amadurecer e se organizar internamente para se conduzir até as melhores atitudes e escolhas. Afinal, somente cada um de nós pode fazer a alquimia da transformação de enfados em prazeres ou, melhor ainda, em felicidades duradouras. Isso, sim, está ao alcance de todos nós.

Praticar virtudes que acreditamos dever cultivar pode ser, enfim, fonte geradora de prazer pelo cumprimento do dever assumido. Terminar uma disciplina pode ser mais um enfado, um fechamento de ciclo ou uma felicidade; isso depende de como vivemos a experiência dela e como ela aconteceu em nós.

Para este momento, no qual penso que seja pertinente dizer algo que ocupe o lugar ou desempenhe o papel de conclusão do nosso percurso, minha opção foi recuperar algumas das palavras, expressões e frases que estudantes inscreveram em respostas às seguintes perguntas: 1. Considerando em particular sua trajetória de formação acadêmica em curso, em que você acredita ter evoluído neste período? Ou seja, o que acredita entender melhor hoje quando comparado com o início do semestre? 2. Também ao longo deste semestre, quais foram os avanços de entendimento mais significativos, em especial sobre sua problematização e seu objeto de pesquisa, que você acredita ter vivido?

Assim procedi. Li cada uma das respostas e sublinhei as passagens que mais me chamaram atenção, depois transcrevi tais trechos destacados. O que segue é o resultado dos meus esforços de aglutinação e síntese do que parte da última turma inscreveu no sentido de responder àquelas questões sobre suas evoluções formativas, suas problematizações e seus objetos. As palavras seguintes podem dizer, a partir da perspectiva estudantil, um tanto do que ficou do propósito que animou aquela disciplina:

Acredito que hoje sou capaz de compreender melhor o modo de pensar e refletir sociologicamente, especialmente porque minha forma de raciocinar estava previamente moldada por outra lógica. [...] Essa experiência me mostrou que tudo pode ser construído, inclusive uma nova forma de pensar. Ao longo do semestre, compreendi com mais profundidade a importância das palavras-chave, e da criação de termos-guias na construção do pensamento sociológico. Elas não são apenas termos técnicos, mas ferramentas que nos ajudam a nomear fenômenos, organizar ideias e acessar debates mais amplos dentro da área.

Nesse processo, uma frase que o professor disse em sala de aula se confirmou como fundamental: 'o óbvio precisa ser dito'. Com frequência, o que é 'óbvio' para nós não é para o outro — e, muitas vezes, nem para nós mesmos, até que consigamos colocar em palavras.

Dizer o óbvio é uma forma de tornar explícitas ideias que parecem implícitas, desnaturalizar o que foi aprendido de forma automática e abrir espaço para a problematização. É um exercício de humildade e clareza.
(Heloísa Luna)

Iniciei esta trajetória com angústias e expectativas que ao longo das leituras propostas e das trocas de reflexões e experiências se tornaram menos minhas e mais nossas, afinal, é parte do nosso ofício refletir e delinear nossos próprios caminhos como pesquisadores sociais. Entendi e

pratiquei o exercício de tomada de notas como uma possibilidade de elaboração de sentido próprio para cada estudante que poderia (ou não) atingir o corpo coletivo. Hoje tenho uma relação mais íntima com a leitura técnica e com a escrita, isso me deixa satisfeita a ponto de equilibrar expectativas e angústias em relação aos semestres que estão por vir. Também me foi possível observar pontos antes localizados em nossa cegueira temática ou de escrita, bem como contribuir no processo de construção de algo que não é nosso, por meio da possibilidade de falar e ouvir, dois momentos importantes de troca. No que se refere à minha pesquisa, o avanço mais significativo foi a elaboração de novas questões. Hoje percebo que a curiosidade comprometida me auxilia a persistir. (Maysa de Souza)

Aprendi a analisar as obras de outras formas, a pensar melhor a organização dos capítulos, ficar atento ao processo da escrita e o modo de fazer. Hoje entendo melhor minhas forças e fraquezas. Ao ter contato com outros pontos de vista da mesma obra, outras leituras [...] meu olhar sobre o fenômeno que estudo mudou, assim como os propósitos e objetivos. (José Adailton Melo)

Vivi o desenvolvimento de novas percepções [...]. Percebo que o fazer sociológico tem algo que ultrapassa certos limites da tecnicidade acadêmica, muito em razão do objeto de pesquisa da sociologia. Hoje creio entender melhor como utilizar ferramentas analíticas de pesquisa para estranhar processos sociais, consigo chegar mais próximo de alcançar uma confluência entre aporte teórico, método e objeto de pesquisa tão periférico, entendi que preciso me comunicar com outras línguas. (Marcel Luz)

Acredito ter aprimorado meu olhar sobre o fazer acadêmico, melhorado a compreensão dos textos lidos e da avaliação de trabalhos acadêmicos de terceiros, movimentos que reverberam na escrita de meu próprio projeto.

Entendi a necessidade da boa construção do objeto de pesquisa, de me deixar invadir por perguntas, aprendi também sobre questões mais práticas como a tomada de notas e a esquematização da escrita, sobre o melhor aproveitamento do tempo. Também tive insights sobre o caminho, sobre o ‘como fazer’, sobre a necessidade de afunilamento, sobre me permitir abraçar as dúvidas, sobre o que seria interessante abandonar e sobre o que é inegociável. Hoje estou mais empolgada e confiante que no início do semestre. (Dayane Macedo)

(Re)ler tais trechos selecionados das atividades da turma me levou à intervenção de um querido colega, Ariston Azevedo, em um debate que tive a oportunidade de promover e a honra de contar com a sua participação. Naquela ocasião, ele defendeu:

O estudo, a conversa e a pesquisa, como atividades destinadas à construção do saber. [...] Em resumo, é a hexis, como uma possessão estável, quer dizer, duradoura tanto quanto possível, que exprime a autarquia ou domínio que tem sobre si mesmo determinado agente e o torna virtuoso [...]. Assim [...] é aquele que estuda bem, conversa bem e pesquisa bem [...]. O sociólogo Wright Mills (2009, p. 28), por exemplo, tinha clara consciência da necessidade desse rigor na formação de quem se lança na empreitada acadêmica (e intelectual): ‘Não sei quais são as plenas condições sociais para a melhor produção intelectual, mas certamente cercar-se de um círculo de pessoas dispostas a ouvir e falar — e, por vezes, elas terão de ser personagens imaginários — é uma delas’³⁶.

Recuperei tais palavras para dizer que, aos meus olhos, aquelas e aqueles jovens constituíram uma turma disposta a ouvir, falar e refletir ao longo daquela edição da disciplina; estudaram, conversaram e

³⁶ Sá, Alcadipani, Azevedo, Rigo & Saraiva (2020, p. 174).

avançaram, em algum modo e medida, em suas compreensões sobre seus projetos de pesquisa naquele semestre letivo.

Antes de concluir, gostaria de recuperar uma passagem de “A compreensão como expansão da forma de vida”, capítulo nove do livro de Zygmunt Bauman *Hermenêutica e ciência social: abordagens da compreensão*. No início do referido capítulo, após citar Arthur Schopenhauer, segue ele:

Se falo de felicidade, é porque alguma coisa me faz sofrer. Meu sonho de felicidade é um sonho da ausência de sofrimento. [...] A felicidade é o ato de libertação do sofrimento. O sofrimento sempre é específico. A imagem da felicidade sempre é generalizada, ao passo que a eliminação do sofrimento específico é vista como a erradicação de todos os sofrimentos.

*Como isso é uma ilusão (a eliminação de um sofrimento específico é apenas a eliminação de um sofrimento específico), **a felicidade só é possível como um propósito, um desejo, um esforço.** [...] **Embora tenhamos a tendência de projetar a felicidade no estado de satisfação, a felicidade se encontra inteiramente em seu projeto e no esforço que ele inspira.***

[...]

O engano é um dos obstáculos que obriga o riacho da vida a formar redemoinhos. A incompreensão é uma forma extremamente comum de sofrimento. [...] No estado de incompreensão não sabemos ‘como seguir em frente’ (Wittgenstein). [...]

A incompreensão é um estado que exige um esforço para tornar o incerto certo, o imprevisível previsível, o opaco transparente. Chamamos este esforço de ‘compreensão’. Nós o projetamos como um estado no final de nosso esforço. Mas este estado não existe. [...]

Só a experiência da incompreensão é que nos torna conscientes, instantaneamente, da tarefa da compreensão. [...] Compreensão é um trabalho em si mesmo, um trabalho que exige um conjunto independente de habilidades próprias. [...] Percebemos que o conhecimento de ‘como

*seguir em frente' é uma tarefa só quando não sabemos como seguir em frente*³⁷.

Para se permitir sentir algo que possa vir a ser denominado de “felicidade sociológica”, penso ser preciso se compreender e se sentir avançando no sentido de maior apropriação dos entendimentos e conhecimentos necessários para “seguir em frente”. Assim como Bauman, o que intenciono dizer quando profiro essa expressão também se encontra inteiramente no projeto de um estado de satisfação e no esforço que ele inspira. Para mim, ela só é possível de ser sentida em um esforço íntegro na direção de um propósito, ou seja, sem propósito e sem tal tipo de esforço em seu sentido, não consigo falar nela.

É algo que pode advir, enfim, de esforços em nos compreendermos no mundo e em que medida essa compreensão se mostra coerente com o que fazemos nele cotidianamente. É mais ou menos isso que consigo dizer sobre essa tal felicidade, que pode ser sociológica, antropológica, filosófica, histórica, literária etc. Ela muito depende dos olhos de quem lê, do lugar no mundo e do modo de vida que se consegue praticar com persistência.

³⁷ Bauman (2022, p. 273-5, grifos meus).

referências e bibliografia mencionada

1. sentidos possíveis (apresentação ampliada)

Becker, Howard. *Truques da escrita*: para começar e terminar teses, livros e artigos. Rio de Janeiro: Editora Zahar, 2015.

Bondía, Jorge Larrosa. Notas sobre a experiência e o saber de experiência. *Revista Brasileira de Educação*. n. 19, 2002, janeiro-abril, p. 20-28. Disponível: scielo.br/j/rbedu/a/Ycc5QDzZKcYVspCNspZVDxC/?format=pdf&lang=pt. Acesso: 7 mai. 2026.

Starobinski, Jean. É possível definir o ensaio. In: Pires, Paulo Roberto (Org.). *Doze ensaios sobre o ensaio*. São Paulo: IMS, 2018, p. 12-26.

2. sobre rios e embarcações

Amaro, Wagner; Samyn, Henrique Marques. *Quando eu morder a palavra*: entrevistas com Conceição Evaristo e guia de leitura das suas obras. Rio de Janeiro: Malê, 2023.

Carvalho, Flávia Martins de. *Jurisvivência*: o encontro do Direito com a escrevivência de Conceição Evaristo. (Tese de Doutorado em Direito) Programa de Pós-Graduação em Direito, Universidade de São Paulo (USP), São Paulo, 2024. Disponível: <https://teses.usp.br/teses/disponiveis/2/2139/tde-05112024-153326/pt-br.html>. Acesso: 7 mai. 2026.

Costa, Frederico Lustosa da. Prefácio a esta edição: A redução sociológica em mangas de camisa. In: Guerreiro Ramos, Alberto. *A redução sociológica*: introdução ao estudo da razão sociológica. 4ª ed. São Paulo: Ubu Editora, 2024, p. 9-16.

Mignolo, Walter. Desobediência epistêmica: a opção descolonial e o significado de identidade em política. *Cadernos de Letras da UFF*, n. 34, 2008, p. 287-324. Disponível em: https://www.professor.ufop.br/sites/default/files/tatiana/files/desobediencia_epistemica_mignolo.pdf. Acesso: 7 mai. 2026.

Sá, Marcio. *Agruras & Venturas: uma trajetória de pesquisa social periférica*. João Pessoa: Edições Agrestinas, 2024. (também mencionada nos capítulos 4, 5 e 6) Disponível: <https://agreste-pb.org/#edi%C3%A7%C3%B5es-agrestinas>. Acesso: 7 mai. 2026.

3. atitude reflexiva e autoformação

Ortiz, Renato. *Sobre o trabalho intelectual*. Porto Alegre: Zouk, 2021.

Rodrigues, Sérgio. *Escrever é humano: Como dar vida à sua escrita em tempos de robôs*. São Paulo: Companhia das Letras, 2025.

Sá, Marcio; Mattos, Pedro; Barros, Amon & Costa, Alessandra. Autoformação Política em Pesquisa Social: Intencionalidades Duradoras e a Prioridade do Local. *Teoria e Prática em Administração*, v. 9, n. 1, 2019, p. 1-14. Disponível: <https://periodicos.ufpb.br/index.php/tpa/article/view/41576/22320>. Acesso: 31 mai. 2026.

4. uma lacuna local e suas resoluções (Feirantes)

Bourdieu, Pierre. *Esboço de auto-análise*. São Paulo: Companhia das Letras, 2005.

Lahire, Bernard. *Retratos sociológicos*. Porto Alegre: Artmed, 2004.

Sá, Marcio. A noção de *habitus* e a possibilidade do pesquisador político em estudos organizacionais. *Revista Brasileira de Estudos Organizacionais*, v. 3. n. 2, 2016, p. 197-203. Disponível: <https://rbeo.emnuvens.com.br/rbeo/article/view/89>. Acesso: 7 mai. 2026.

Sá, Marcio. *Feirantes: quem são e como administram seus negócios*. 3ª ed. Recife: Editora UFPE, 2019. (também mencionada nos capítulos 5 e 6) Disponível: <https://agreste-pb.org/#publica%C3%A7%C3%B5es>. Acesso: 7 mai. 2026.

Souza, Jessé. *A modernização seletiva: uma interpretação do dilema brasileiro*. Brasília: Editora da UnB, 2000.

Souza, Jessé. (Org.) *A Ralé Brasileira: quem é e como vive*. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2009.

Souza, Jessé. (Org.) *Os Batalhadores Brasileiros: nova classe média ou nova classe trabalhadora?* 2a ed. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2012.

Taylor, Charles. Seguir uma regra. In: _____ *Argumentos filosóficos*. São Paulo: Edições Loyola, 2000, p. 181-196.

5. uma ideia de abril (*Filhos das feiras*)

Sá, Marcio. *O homem de negócios contemporâneo*. Recife: Editora UFPE, 2010.

Sá, Marcio. *Filhos das feiras*: uma composição do campo de negócios agreste. Recife: Editora Massangana-Fundaj, 2018. (também mencionada no capítulo 6) Disponível: <https://agreste-pb.org/#publica%C3%A7%C3%B5es>. Acesso: 7 mai. 2026.

Wittgenstein, Ludwig. *Investigações filosóficas*. São Paulo: Nova Cultural, 1996. (Coleção Os Pensadores).

6. um desafio íntimo e coletivo (*Além do barro*)

Frankl, Viktor E. *Em busca de sentido*. 54ª ed. São Leopoldo/Petrópolis: Sinodal/Editora Vozes, 2021.

Sá, Marcio. *Além do barro*: heranças de Vitalino no Alto do Moura do século XXI. Recife: Cepe, 2023.

7. um objeto pra chamar de seu

Albuquerque Jr., Durval Muniz. *A invenção do Nordeste e outras artes*. 5 ed. São Paulo: Cortez, 2011.

Bourdieu, Pierre. *Poder simbólico*. Portugal/Brasil: Difel/Bertrand, 1989.

Eco, Umberto. *Como se faz uma tese*. 23 ed. São Paulo: Perspectiva, 2010.

Freyre, Gilberto. *Nordeste*. 7ª ed. São Paulo: Global, 2004.

Nicolau, Jairo. Breve roteiro para redação de um projeto de pesquisa. *Revista Estudos Políticos*. n.6, 2013/01, p. 345-53. Disponível: https://periodicos.uff.br/revista_estudos_politicos/article/view/38673. Acesso: 7 mai. 2026.

Ortiz, Renato. *Sobre o trabalho intelectual*. Porto Alegre: Zouk, 2021.

Rago, Margareth. Prefácio: Um sonho de Brasil. In: Albuquerque Jr., D. M. *A invenção do Nordeste e outras artes*. 5 ed. São Paulo: Cortez, 2011, p. 13-9.

8. escrita por inteiro

Bauman, Zygmunt; Mazzeo, Riccardo. *O elogio da literatura*. Rio de Janeiro: Zahar, 2020.

Cruz, Robson. *O mal-estar na escrita acadêmica: um problema político*. São Paulo: Parábola, 2024.

Cruz, Robson. *Como os intelectuais escrevem: teoria e prática da escrita de notas*. São Paulo: Parábola, 2026.

Rodrigues, Sérgio. *Escrever é humano: Como dar vida à sua escrita em tempos de robôs*. São Paulo: Companhia das Letras, 2025.

Sá, Marcio. *Um mal-estar também nosso? A escrita sobre o mundo social como problema*. Cachoeirinha: Editora Fi, 2025. Disponível: <https://agreste-pb.org/#publica%C3%A7%C3%B5es>. Acesso: 7 mai. 2026.

9. Um ponto de vista de quem avalia

Albuquerque Jr., Durval Muniz. *A invenção do Nordeste e outras artes*. 5 ed. São Paulo: Cortez, 2011.

Gregori, Juciane de. *Entre o casulo e a borboleta: olhares acerca da transfobia nas relações afetivas*. (Dissertação de Mestrado em Sociologia) Programa de Pós-Graduação em Sociologia, Uniuersidade Federal da Paraíba (UFPB), João Pessoa. 2019. Disponível: https://repositorio.ufpb.br/jspui/handle/123456789/19068?locale=pt_BR. Acesso: 7 mai. 2026.

10. sobre gêmeas siamesas

Bauman, Zygmunt; Mazzeo, Riccardo. *O elogio da literatura*. Zahar, 2020.

Medeiros, Martha. Pessoas habitadas. In: Santos, J. F. dos. (org.). *As cem melhores crônicas brasileiras*. Rio de Janeiro: Objetiva, 2007, p. 324-5.

Guerra, Lília. *Perifobia*. São Paulo: Todavia, 2025.

11. e essa tal felicidade (fechamento)

Bauman, Zygmunt. *Hermenêutica e ciência social: abordagens da compreensão*. São Paulo: Editora Unesp, 2022 [1978].

Sá, Marcio; Alcadipani, Rafael; Azevedo, Ariston; Rigo, Ariádne; Saraiva, Luiz Alex. De Onde Viemos, Para Onde Vamos? Autocrítica Coletiva e Horizontes Desejáveis aos Estudos Organizacionais no Brasil. *Revista de Administração de Empresas (Rae-FGV)*, v. 60, n. 2, 2020, p. 168-180. Disponível: <https://www.scielo.br/j/rae/a/xHcVRXdbGcdHmtCD7MSnyQx/?format=html&lang=pt>. Acesso: 7 mai. 2026.

apêndice único

um livro alargado (sobre *Uma história...* de Regina Dalcastagnè)

cada livro fechado é, para mim, uma espécie de caverna escura, onde espero ver desenhada a experiência de um outro — experiência que possa iluminar a minha, garantindo que não estive só por aqui. Nenhum de nós esteve.

Regina Dalcastagnè

Em 15 de junho de 2026, o Centro de Ciências Humanas, Letras e Artes (CCHLA) da Universidade Federal da Paraíba (UFPB) promoveu evento alusivo ao lançamento de *Uma história da literatura brasileira contemporânea: a narrativa* (Todavia, 2026), da professora e pesquisadora da Universidade de Brasília (UnB) Regina Dalcastagnè. Na semana anterior, ela tinha estado em Belo Horizonte para o mesmo fim; nos meses anteriores, em Brasília, Porto Alegre, Florianópolis e Salvador. Nos próximos, tinha agenda em São Paulo, Rio de Janeiro, Campo Grande, Goiânia, Juiz de Fora e Manaus. Ao final deles, terá participado de eventos presenciais similares em cidades das cinco regiões do país. Enquanto isso, o livro, que, em menos de cinco meses, já demandou por reimpressão, segue sendo um acontecimento em espalhamento por nosso território.

Alguns dos principais veículos nacionais de comunicação assim noticiaram, repercutiram e analisaram a publicação: “Para repensar nossa literatura: Ao mapear a ficção brasileira recente, a autora analisa seus conflitos, exclusões e transformações sociais — e põe em xeque o próprio significado de ‘contemporâneo’ na literatura do país” (*Quatro Cinco Um*, 9/2); “A obra literária é um artefato social”: [...] professora

analisa como as narrativas de ficção refletem as assimetrias sociais do país” (*Estado de Minas*, 26/3); “Literatura sobre o país não pode ser camisa de força: professora da UnB lança *Uma história da literatura brasileira contemporânea: a narrativa (O Estado de S. Paulo*, 16/4); “Em novo livro, Regina Dalcastagnè mostra como a literatura brasileira enfrentou o desafio de ‘falar do outro’ a partir de 1970” (*O Globo*, 25/4); “Regina Dalcastagnè rearranja e atualiza paisagem do estudo de literatura no país” (*Folha de S. Paulo*, 15/6).

O que justifica tamanha atenção extramuros acadêmicos para um livro de crítica literária de tal origem? O que há nele e além dele que segue gerando tamanho entusiasmo? Talvez um bom começo seja mencionando a trajetória percorrida de uma autoria que tem no currículo trinta anos de imersão visceral e dedicação investigativa ao campo da literatura brasileira mais contemporânea. Estamos diante de um livro de culminância de décadas de pesquisa, ensino, edições e orientações no tema, de uma atuação profissional que foi impressa em produção de pujança, recepção e ecos singulares no seu campo e para além dele.

Identificar aquilo que recorrentemente chamamos de lacunas nos campos de conhecimento nos quais atuamos é parte do ofício de quem pesquisa considerando o que está posto na área, e não apenas seus interesses individuais; logo, uma segunda justificativa pode ser encontrada no lugar que a publicação vem a ocupar na historiografia de nossa literatura ao fazer sua história das narrativas mais próximas ao nosso presente. É algo muito simples de se constatar. Havia uma lacuna, o trabalho a ocupou.

Todavia, ser fruto de uma trajetória de décadas de estudos em um tema e ocupar uma lacuna não distinguem, por si só, um trabalho de origem acadêmica de muitos outros. Passear pelo sumário do livro é

constatar que, mesmo sendo uma obra que se propõe a contar uma história de período delimitado, ele nos surpreende por não cair no historicismo e nem se apegar a marcos forjados para enquadrar as sinuosidades de nossos devires em uma linha. Sua cronologia opera em outra lógica.

O que mais conta são os temas, os desafios singulares das experiências de escrita e o que fica inscrito sobre eles, os vincos das ambiências das vidas de suas autorias e do que produziram em determinados espaços e tempos. Sabemos bem que são as mais diversas sociedades que constroem e possibilitam a emergência de determinadas autorias e de suas obras, mas como isso foi se dando ao longo de um determinado período em nosso país tão desigual? A paisagem aquarelada por Regina mostra a vastidão dessa prática social que costumamos chamar de literatura, neste caso circunscrita às narrativas. Mais que isso, imprime sua potência em termos de também significar uma história e uma leitura da estrutura social de um país narradas por meio de seus romances e personagens.

Sobre sua estruturação em quatro conjuntos de percursos (espaciais, políticos, íntimos e cotidianos) e seus temas, a autora nos revelou:

No projeto original já tinha essa ideia de dividir os capítulos por temas em vez de seguir uma cronologia linear do começo ao fim do livro, mas não pensava em termos de percursos, e sim em fluxos. Até que um dia parei, li o texto que tinha iniciado e percebi que não era isso o que eu estava fazendo. Seguir um fluxo é acompanhar algo que vai correndo, é ser levado de algum modo, e não era assim que eu percebia a proposta que tinha em mãos.

Então optei pela palavra ‘percursos’ para designar cada parte do livro, porque ela dá essa ideia de escolha, de que vou, mas posso voltar, posso dar

uma parada, começar de um outro lugar. Essa foi a principal modificação em relação ao projeto original, sair de uma ideia de fluxo, de uma ideia de algo que tem começo, meio e fim, passando para algo no qual eu poderia me interromper, assim como o leitor também pode.

O meu livro trata da narrativa brasileira contemporânea; não de toda ela, é claro, nem de todos os gêneros que a incluem. Não sou especialista em dramaturgia, por exemplo; sequer entendo a tradição do romance policial, de fantasia ou de horror. O que pude alcançar, além dos romances sem adjetivos, foram os contos, crônicas e memórias. A ideia foi deixar como um marco temporal 1970 até o último dia em que eu tivesse que entregar o livro pro editor. Em suma, 55 anos de produção. [...]

Por isso, eu chamo o livro de ‘uma história da literatura brasileira contemporânea’, e o artigo indefinido é importante nesse caso. Outros autores trabalhariam com outros recortes, outros livros. As histórias da literatura brasileira normalmente seguem um caminho que vai do passado até o período mais recente que o autor pretende trabalhar. Uma proposta mais cronológica, com datas, movimentos, a importância de determinadas obras. Não era isso que eu queria escrever, não é assim que eu penso a literatura, especialmente a contemporânea. É algo um pouco mais caótico. Dividido em quatro partes, ou quatro percursos, o livro tem 15 capítulos e cada um deles segue mais ou menos de 1970 aos dias de hoje, observando mudanças tanto na escrita quanto na sociedade brasileira. Os capítulos envolvem temas e problemas que julguei importantes para a reflexão sobre a produção desse período, como a questão do deslocamento do mundo rural para o urbano e um certo retorno mais recente, as questões de imigração internacional, a vivência nas grandes cidades, a relação entre literatura e História, as consequências da ditadura, as transformações nas relações familiares e no trabalho, aquelas vividas pelo próprio narrador e as dificuldades que envolvem o debate sobre a representação literária, entre outros temas.

Quando a gente pensa em história da literatura brasileira, normalmente é a história de um passado mais remoto; não se chega até o contemporâneo de fato, o ontem, então eu queria escrever sobre o que aconteceu enquanto eu estava por aqui. Acompanhei os lançamentos de literatura a partir dos anos oitenta quando escrevia uma coluna de livros para um jornal catarinense. Então, se algumas coisas que aparecem no meu livro são apenas passado para muitas pessoas (especialmente os mais jovens), para mim, um dia, foram presente também, foram vida vivida¹.

Em seu sinuoso ir e vir, atravessando, convivendo e se resolvendo com suas encruzilhadas, Regina compôs a sua versão da história de nossa literatura mais contemporânea, que está longe de ser apenas mais uma. O livro enfrenta as possibilidades e os limites da nossa literatura, seus distanciamentos e suas aproximações com suas autorias e com seus espaços e tempos, seus múltiplos potenciais. Suas análises estabelecem pontes entre os temas dos textos, as condições de classe, gênero e raça de suas autorias e o devir de nosso país. Quando observamos mundos com nossas vistas bem alargadas, podemos, talvez, reconhecer suas vastidões. Aos meus olhos, seu livro apresenta características que encontramos nos clássicos.

Lembro que, por exemplo, o filósofo político italiano Norberto Bobbio costumava dizer clássica aquela autoria que se revelava como “intérprete autêntica de seu próprio tempo”, mantendo-se “sempre atual, de modo que cada época, ou mesmo cada geração, sinta a necessidade de relê-la e, relendo-a, de reinterpretá-la”, tendo tido a

¹ Trecho editado a partir de sua fala em 5 de maio de 2026, na 5ª edição dos *Saraus do agreste-pb*, projeto de extensão desenvolvido na UFPB e disponível no canal @agreste-pb no YouTube.

capacidade de elaborar “teorias-modelo das quais nos servimos continuamente para compreender a realidade”².

De modo algum anseio comparar a autoria da professora Regina com aquelas que o filósofo italiano reconheceu como clássicas, mas desejo ser honesto e registrar minha humilde opinião: o seu livro revela uma interpretação autêntica de nosso Brasil de exuberantes desigualdades por meio de sua produção de narrativas literárias; ele deverá permanecer por algumas décadas como referência no tema e no período histórico que se determinou a cobrir; as futuras gerações deverão sentir necessidade de lê-lo novamente e pensar a história de nossa literatura e de nosso país com e contra ele; e, por fim, muito embora não estejamos diante de um livro de teoria literária, logo, a característica das “teorias-modelo” não se aplica neste caso, vejo, sim, um modo de narrar que tem potencial para inspirar e servir como referência a outros esforços mais ou menos especializados ou delimitados dentro e fora dos estudos literários. Ou seja, nesse sentido, vejo nele serventia como referência e potencial inspirador alargado para além das Letras.

Está impresso em *Uma história...* cuidados redacionais para se comunicar com outros públicos além das fronteiras disciplinares e acadêmicas, o que produziu um texto liberto dos nossos jargões. Sua redação exala abertura transdisciplinar, tal qual o modo como articula literatura e condições humanas, em uma sociedade periférica como a nossa, permite que a erudição e a obstinação na pesquisa especializada sejam traduzidas para uma linguagem ao alcance de um(a) jovem que se

² Aqui me apropriando das citações diretas do ensaio da professora Cláudia Perrone-Moisés com base na obra de Norberto Bobbio, *Teoria Geral da Política*, organizada por Michelangelo Bovero e publicada pela Campus em 2000. Disponível: <https://revistacult.uol.com.br/home/bobbio-e-a-teoria-politica-na-licao-dos-classicos/>. Acesso: 17 mai. 2026.

entusiasma (ou que se anseia entusiasmar) pelos mundos dos livros e de nossas narrativas.

Não tenho dúvidas que o(a)s especialistas na crítica e nos estudos literários podem encontrar pontos que questionam e dos quais divergem em *Uma história...*, mas também não tenho dúvidas que a autora pode dar boas respostas na língua que partilham.

Como se tudo isso que tentei destacar até aqui ainda não fossem justificativas suficientes para o que segue acontecendo com esse alargamento do lançamento e da repercussão do livro, gostaria de destacar alguns sentimentos que podem nos habitar a partir de sua leitura.

Estamos diante de uma história que se entende não linear e respeita as gerações anteriores relacionando-as ao que entendemos como presentes e amanhãs.

Quando um livro fica em quem o lê, ele se alarga e assim se faz no outro que não o escreveu, mas que foi tocado por isso que estou chamando de largueza interior e constitutiva.

Em tempos cada vez mais desumanos, acredito que precisamos cada vez mais de humanidades alargadas para além das segregações fronteiriças que restringem nossos percursos e de trocas mais genuínas na academia. Para mim, alargar as Humanidades hoje é produzir livros que tenham esse potencial, essa valência, essa virtude a ser concretizada no outro.

Poderia ainda destacar o meu sentimento sobre o respeito de Regina com as autorias, aqui acolá deixando transparecer suas preferências, mas sempre com seriedade, cuidado e delicadeza em todas as suas críticas; ou ainda a alegria por vê-la posicionar, no devido lugar em seu corpus, determinadas autorias, como Carolina Maria de Jesus, e manejar com precisão referências além das Letras, como Pierre

Bourdieu; ou ainda a atenção dada às autorias também adjetivadas como periféricas nas últimas décadas — Ferréz, Conceição Evaristo e Lília Guerra, por exemplo, tão caras ao nosso grupo agreste-pb — é outra valência do livro que também representa um esforço em diminuir as desigualdades nacionais refletidas em nossa literatura.

Logo depois de ter intermediado sua vinda à UFPB e mediado suas interações com nossa comunidade acadêmica, quando olho para o meu exemplar e penso sobre a obra, fico com o sentimento que um tanto do espírito que move sua autoria se fez impresso no texto. O livro me parece fiel à Regina que conheci e vi em ação. As suas alegrias e levezas aparecem refletidas em um livro que, além de largo em diversos sentidos, é singelo na felicidade que exala em nosso meio acadêmico visto, vivido e reconhecido por muitos como também tóxico, adoecido e violento.

Naquela ocasião, um depoimento final da professora Luciana Deplagne (PPGL/UFPB) ilustrou as virtudes acolhedoras e agregadoras do modo de ser e de atuar de Regina, que tem capacidades interpessoais para alinhar redes de afetos, identificar talentos, aproximar pessoas e coordená-las em projetos coletivos de intencionalidades duradouras e substantivas, como o Praça Clóvis (pracaclovis.com), outro alargamento de seu livro.

Literatura é observação e imaginação para Regina. Para quem se diz praticante de pesquisa social periférica³ em Humanidades como eu, a imaginação pode ser traduzida como criação criteriosa, por isso também precisamos de método. Indo além, a beleza e a dureza do trabalho mais genuíno com observação, imaginação e método se tornam

³ Para quem tiver interesse em saber o que intenciono comunicar com a expressão, ver a segunda parte deste volume.

cotidianas na criação de hábitos, rotinas e atitudes que podem se consubstanciar em modos de produção de textos quer seja do que convencionalmente chamamos de literatura, de crítica/conhecimento sobre ela, quer seja sobre o mundo social que habitamos e que nos habita. Enfim, falo de práticas de escritore(a)s (ficcionais ou não), crítico(a)s e pesquisadore(a)s, gente que, em tempos de “inteligências artificiais” e afins, ainda acredita que faz sentido ter seu ofício incorporado e praticá-lo, dia após dia, com seriedade, afinco, alegria e diversões, ludicidades que nossas Humanidades tanto precisam e nos são características — aqui lembrando do livro *Homo ludens*, de Johan Huizinga, publicado no Brasil pela Perspectiva.

Regina nos falou de suas diversas realizações e felicidades com o ofício, de sua gratidão com as 745 pessoas cujos nomes constam nos agradecimentos do livro iniciado em plena pandemia, quando não podia acessar parte de seu acervo, e que contou com a generosidade de tanta gente para indicar textos relevantes em temáticas específicas ou mesmo em alguns de nossos estados.

Realizações e felicidades transparecem em propósitos genuínos, na persistência por trás da autoria de um texto que com ela conjuga argúcias, delicadezas, nuances e precisões. Enfim, não poderia deixar de registrar, Regina, que a sua trajetória e o seu trabalho geraram um livro que se sente e que também nos alarga sentimentos daqueles bem bons, que somente gente de carne e osso, que sabe abraçar o outro, é capaz de sentir. Muito obrigado e até os próximos.

P.S.: Você, Regina, e talvez quem leu o livro percebam que este texto foge do padrão mais convencional e corriqueiro ao gênero, principalmente quando publicado em periódicos acadêmicos. Foi que, além de andar muito inspirado pelas produções literárias que seguem sendo

adjetivadas nas últimas décadas como periféricas, o modo como você escreveu seu livro também se mostrou incontornável inspiração. Todavia, bem sabemos que toda a responsabilidade sobre o que foi aqui dito fica na minha conta.

sobre o autor

Marcio Sá atua como professor-pesquisador e chefia (2025-presente) do Departamento de Ciências Sociais (DCS) do Centro de Ciências Humanas, Letras e Artes (CCHLA) da Universidade Federal da Paraíba (UFPB), onde também colabora com o Programa de Pós-Graduação em Sociologia (PPGS). Lidera o grupo *agreste-pb: literaturas e pesquisas sociais periféricas* (agreste-pb.org) e atua como editor das Edições Agrestinas (projeto editorial independente). Edita a Série Literaturas, estudos sociais e ensaios periféricos, publicada pela Editora Fi (editorafi.org). É autor de alguns livros, dentre os quais destaca: *Agruras & Venturas: uma trajetória de pesquisa social periférica* (Edições Agrestinas, 2024); *Além do barro* (Cepe, 2023); *Feirantes* (3ª ed., Ed. UFPE, 2019) e *Filhos das feiras* (Ed. Massangana-Fundaj, 2018). Realizou período de estudos na Universidade de Bolonha (Itália), esteve como pesquisador visitante na Universidade de Dublin (Irlanda), e concluiu um doutorado em sociologia na Universidade do Minho (Portugal). Tem como principais temas de interesse hoje: literaturas periféricas e escritas sobre o mundo social.



A Editora Fi é especializada na editoração, publicação e divulgação de produção e pesquisa científica/acadêmica das ciências humanas, distribuída exclusivamente sob acesso aberto, com parceria das mais diversas instituições de ensino superior no Brasil e exterior, assim como monografias, dissertações, teses, tal como coletâneas de grupos de pesquisa e anais de eventos.

Conheça nosso catálogo e siga as nossas páginas nas principais redes sociais para acompanhar novos lançamentos e eventos.



www.editorafi.org
contato@editorafi.org

É inegável a importância da oferta de noções teóricas e metodológicas de base comum para quem chega na pós em Humanidades. Todavia, muito do que o autor deste livro acredita ter aprendido foi com as experiências de pesquisa que viveu e que não se encontram nos manuais de teoria nem de metodologia, logo, são reflexões sobre um saber-fazer que emergiu da e para a prática, o que mais se procura ofertar neste volume. Além da sociologia, sua área de atuação, tais partilhas não poderiam também servir como provocação reflexiva para quem chega em programas de pós-graduação de outras subdivisões das Humanidades?

